



santa maria da feira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 26 de junho de 2020, aprovada na sessão ordinária de 26 de setembro de 2020, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 28 de setembro de 2020. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

  
(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



*[Handwritten signature]*

ATA N.º 18 – No dia 26 de junho de 2020, reuniu às 20 horas e 40 minutos, passava já da hora marcada, por videoconferência, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 17 – Sessão Ordinária de 4 de abril de 2020; -----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----
- 3 – Deliberações tomadas pela Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril: -----
  - Regime excecional e temporário de ocupação de espaço público com esplanadas / Isenção do pagamento de taxas pela ocupação de espaço público/Ratificação de despacho (*para conhecimento*) -----
  - Medidas de Apoio Económicas/Sociais (*para conhecimento*) -----
  - P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. (*para conhecimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 20 de março e para ratificação da deliberação camarária de suspensão do acordo de pagamento celebrado no âmbito do proc. 563/15.6BEAVR do TAF de Aveiro*); -----
- 4 – Apoio financeiro para a manutenção de pavilhões gimnodesportivos; -----
- 5 – Programa Movimento e Bem-Estar -----
  - Transferência de verbas para as Juntas de Freguesias 2019-2020; -----
- 6 – Transferência de competências: Municípios e Freguesias; -----
- 7 – Contrato de delegação de competências – Juntas de Freguesia -----
  - Aditamento; -----
- 8 – Postura de trânsito da freguesia de Arrifana;-----
- 9 – Postura de trânsito da freguesia de Escapães; -----
- 10 – Postura de trânsito da freguesia de Espargo;-----
- 11 – Postura de trânsito da freguesia de Fornos; -----
- 12 – Postura de trânsito da freguesia de Milheirós de Poiares;-----
- 13 – Postura de trânsito da freguesia de Pigeiros;-----
- 14 – Postura de trânsito da freguesia de Romariz; -----



- 15 – Postura de trânsito da freguesia de Sanfins;-----
- 16 – Postura de trânsito da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô;---
- 17 – Postura de trânsito da freguesia de Travanca;-----
- 18 – Alteração à postura de trânsito da zona histórica de Santa Maria da Feira;-----
- 19 – Retificação à Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual;-----
- 20 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2019; -----
- 21 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;
- 22 – Aditamento ao Contrato-Programa 2020 – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;--
- 23 – Empréstimo Médio/Longo prazo – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;-----
- 24 – Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.; -----
- 25 – Estatuto do Direito de Oposição -----  
- Relatório de Avaliação do ano de 2019 (*para conhecimento*); -----
- 26 – Criação e nomeação no âmbito da Assembleia Municipal de Comissão de Acompanhamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira (*ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento*); -----
- 27 – Proposta de criação de Plataforma Solidária de Santa Maria da Feira no âmbito da situação de pandemia – Covid-19 (*ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento*);-----
- 28 – Contrato de Concessão do Estacionamento Público de Superfície em Santa Maria da Feira (*ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento*).-----

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, António Ferreira de Bastos, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Bruno Miguel de Sousa Mota. -----

Não participaram na videoconferência as Sras. Vereadoras Helena Maria de Sá Portela e Lia Andreia Cristóvão Ferreira.-----

-----



O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os participantes na videoconferência.-----

De seguida, informou da entrada na Mesa de 4 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia:-----

- Arrifana: Delfim Manuel Oliveira da Silva (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alcino Pereira Monteiro;-----
- Paços de Brandão: Firmino Gomes da Costa (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Rita Micaela Ribeiro Marques;-----
- Romariz: Anacleto de Souza Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Alexandra Patrícia Moreira da Rocha;-----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares.-----

Informou, ainda, que o membro Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE) solicitou ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir da respetiva lista, designadamente pelo cidadão Pedro Luís Alves Ferreira.-----

-----  
Sendo assim, encontravam-se a participar na videoconferência, no início da sessão, 52 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):*-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; António André da Silva Topa; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Juliana Canedo Rocha; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mouselos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de



*[Handwritten signature]*

Brandão – Rita Micaela Ribeiro Marques; Rio Meão – Mário Jorge de Jesus Castro; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares; -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

*Independente (IND):* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

*Faltaram à sessão, sem serem substituídos:* Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD) e Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que essa relação foi enviada, por correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 4 de abril de 2020 e a presente sessão:-----



*[Handwritten signatures and initials]*

- “E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, ao Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer o apelo daquela Assembleia Municipal com o título “O plano de contingência prioritário para Lares de Idosos em risco da Covid-19”, no âmbito da pandemia causada pelo vírus Covid-19; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, a recomendação “Serviços de água e saneamento” e o voto de louvor “Aos Trabalhadores que asseguram a qualidade de vida e segurança no município”, ambos da autoria da CDU, que foram aprovados, por unanimidade, por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 4 de abril de 2020;-----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Diretor-Geral da Indaqua Feira, S.A., remetendo, para os devidos efeitos, a recomendação “Serviços de água e saneamento” da autoria da CDU, que foi aprovada, por unanimidade, por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 4 de abril de 2020; -----
- E-mail do Diretor-Geral da Indaqua Feira, S.A., ao Presidente da Assembleia Municipal, acusando a receção da recomendação “Serviços de água e saneamento” da autoria da CDU (aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 4 de abril de 2020), bem como fazendo exposição relativamente à matéria tratada – e mail que foi reencaminhado, por instrução do Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia; -----
- E-mail da Comissão de Festas em honra de S. Cipriano e N. Sr. dos Desamparados (Festa dos Arcos – Paços de Brandão), ao Presidente da Assembleia Municipal, comunicando o adiamento da referida Festa para 2021, em data a acordar, devido à situação atual de pandemia Covid-19;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de março de 2020; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal (e aos restantes membros da Comissão Permanente desta Assembleia), informando que, no entender do BE, deveria ser feita uma sessão desta Assembleia evocativa do 46.º aniversário do 25 de Abril, designadamente através dos meios digitais, não obstante a



- situação de pandemia de Covid-19, manifestando a disponibilidade do BE para que tal sessão fosse realizada nesses formatos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Sérgio Cirino, ao Presidente da Assembleia Municipal (e aos restantes membros da Comissão Permanente desta Assembleia), informando, na sequência da mensagem remetida pelo membro Moisés Ferreira a propósito da realização de uma sessão da Assembleia evocativa do 46.º aniversário do 25 de Abril, que da parte do grupo municipal do PS outra hipótese não se colocava sem ser a realização dessa sessão, no formato que melhor se adequasse face ao período de pandemia que se vive, bem como manifestando a disponibilidade daquele grupo municipal para o que fosse necessário com vista à realização da referida sessão; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Ângelo Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal (e aos restantes membros da Comissão Permanente desta Assembleia), informando, na sequência da mensagem remetida pelo membro Moisés Ferreira a propósito da realização de uma sessão da Assembleia evocativa do 46.º aniversário do 25 de Abril, que, como representante do CDS-PP, concorda com a realização dessa sessão pelos meios alternativos (videoconferência), manifestando ainda a sua disponibilidade para o que fosse necessário com vista à realização da referida sessão; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 21 de abril de 2020; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo ofício a comunicar a deliberação tomada pela Câmara, na sua reunião de 20 de abril de 2020, a respeito do assunto “Medidas de Apoio Económicas/Sociais no âmbito da pandemia da doença Covid-19”; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo ofício a comunicar a deliberação tomada pela Câmara, na sua reunião de 20 de abril de 2020, no âmbito do assunto “P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, SA – Pedido de suspensão temporária do pagamento do estacionamento pago e do acordo de pagamento”; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, prestando informações relativamente à



*[Handwritten initials and signature]*

- realização, por videoconferência, da sessão solene da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril de 1974;-----
- E-mail da Direção Nacional do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo carta aberta aos presidentes das câmaras municipais e das assembleias municipais no âmbito do assunto “Encerramento de todos os estabelecimentos comerciais no dia 1 de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores”; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre “Medidas e apoios para o movimento associativo popular”; -----
  - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo comunicação do Presidente da ANAM a propósito da possibilidade de adesão desta Assembleia Municipal à ANAM, bem como anexando os procedimentos a ter em conta para a adesão, os estatutos da ANAM e o valor da quota a pagar;-----
  - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de abril de 2020; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Projeto de Resolução apresentado na Assembleia da República pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre “Informação aos cidadãos sobre as melhorias práticas de deposição de resíduos como máscaras e luvas protetoras”;-----
  - Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos na Lei, o Relatório de Avaliação do ano de 2019 do Estatuto do Direito de Oposição;-----
  - E-mail do cidadão Jorge Manuel Marques, ao Presidente da Assembleia Municipal, apresentando projeto para a construção de um equipamento ecológico que substituiria os pulverizadores de produtos químicos (herbicidas) utilizados na desinfeção de certas áreas, pedindo ainda um donativo para a construção do mesmo; -----





*[Handwritten signature]*

- E-mail do membro deste Órgão – Salomé Ventura, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Situação dos trabalhadores da construção civil no Concelho de Santa Maria da Feira” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo comunicação do Presidente da ANAM bem como a apresentação feita pelo Prof. Pedro Mota e Costa na videoconferência promovida pela ANAM subordinada ao assunto “Assembleias Municipais e os seus poderes em tempos de crise”; -----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 4 de maio de 2020; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Praia Fluvial da Mâmoa” – o qual foi enviado por e mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de maio de 2020; -----
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, a comunicar a deliberação tomada pela Câmara, na sua reunião de 1 de junho de 2020, a respeito do assunto “Regime excecional e temporário de ocupação de espaço público com esplanadas – Isenção do pagamento de taxas pela ocupação de espaço público”; -----
- E-mail do cidadão Bruno Gomes, ao Presidente da Assembleia Municipal, a respeito de estudo que aquele cidadão está a realizar sobre medidas de iniciativa autárquica para combate à Covid-19; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 15 de junho de 2020; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da



- Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e Ação Climática pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre a poluição na Ribeira da Remolha, em Santa Maria da Feira;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2020, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2020, e indicando a respetiva Ordem do Dia;----
  - E-mail do membro deste Órgão – Sérgio Cirino, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo solicitação do grupo municipal do Partido Socialista para inclusão de três pontos na Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2020, intitulados “Criação e nomeação no âmbito da Assembleia Municipal de Comissão de Acompanhamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira”, “Proposta de criação de Plataforma Solidária de Santa Maria da Feira no âmbito da situação de pandemia – Covid-19” e “Contrato de Concessão do Estacionamento Público de Superfície em Santa Maria da Feira”; -----
  - E-mail, por instrução do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para efeitos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2020;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2020;-----
  - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2020;-----
  - E-mail por instrução do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo se faria representar, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de



- 2020, pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha;-
- Ofício do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 1 de junho de 2020; -----
  - E-mail da Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião a realizar por aquele Conselho no dia 8 de julho de 2020, informando a ordem de trabalhos da mesma e remetendo a ata da última reunião para apreciação e análise; -----
  - E-mail do Clube de Futebol União de Lamas - Hóquei, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que, em virtude da atual situação de pandemia Covid-19, aquele clube não irá realizar, em 2020, a tradicional Festa de Encerramento; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Delfim Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que se faria representar, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2020, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alcino Pereira Monteiro; -----
  - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que se faria representar, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2020, pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como remetendo o respetivo documento de delegação de representação;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder participar nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2020, por motivos profissionais, solicitando ser substituído na referida sessão nos termos legais, comunicando ainda que, desse modo, se faria substituir pelo Pedro Luís Alves Ferreira.” -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Sr. *Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 11 documentos para serem apreciados – 2 votos de louvor da CDU; 2 recomendações, 1



#  
G  
sep.

voto de louvor e 1 voto de saudação do BE; 2 recomendações, 1 voto de louvor e 1 voto de pesar do CDS-PP; e 1 voto de congratulação do PSD – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU), que apresentou e explanou os dois votos de louvor que, seguidamente, se transcrevem: -----

“LOUVOR – TUNA MUSICAL MOZELENSE -----

O Concelho de Santa Maria da Feira tem um forte movimento associativo que se traduz numa atividade diversificada e de elevada qualidade, sendo um exemplo dessa atividade a Tuna Musical Mozelense que comemora este ano o seu 130.º aniversário. -----

A Tuna Musical Mozelense tem apresentando ao longo dos anos uma atividade constante e muito diversificada que tem envolvido centenas de pessoas na formação musical, dança e no acesso à usufruição de espetáculos de qualidade. Facto que contribuiu para que se assumisse como um marco incontornável da Educação e Cultura do município, que muito tem cooperado para democratizar o acesso das populações à música, mas também para levar o nome do concelho mais além. -----

Os 130 anos da Tuna Musical Mozelense são também a representação do empenho e dinamismo dos seus associados e amigos que ao longo dos anos têm dado de si para o esforço de fazer desta instituição o marco que tem sido e que continua a ser no panorama regional. ----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de junho de 2020 delibera: -----

Aprovar um Voto de Louvor à Tuna Musical Mozelense pelo seu 130.º aniversário e pelo seu contributo para a Cultura e Educação no município de Santa Maria da Feira.” -----

-----  
“LOUVOR – CLUBE DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDÃO -----

No passado dia 10 de maio de 2020 o Clube Desportivo de Paços de Brandão assinalou o seu 60.º aniversário. Este clube tem atualmente equipas a competir em todos os escalões, desde os



petizes até aos veteranos, envolvendo um total de mais de 200 atletas. -----

O empenho dos seus sócios e amigos ao longo de todos estes anos tem permitido a milhares de jovens o acesso à formação e prática desportiva acompanhada. Com o envolvimento da população, tem vindo a contribuir para o desenvolvimento do sentimento de comunidade da população de Paços de Brandão. Atualmente a direção do clube apresenta como objetivo o continuar a melhorar a formação, criar condições para ir subindo as equipas a escalões superiores e fazer chegar mais jogadores à equipa sénior. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de junho de 2020 delibera: -----

Aprovar um Voto de Louvor ao Clube Desportivo de Paços de Brandão pelo seu 60.º aniversário e pelo seu contributo para o Desporto no município de Santa Maria da Feira.” -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“VOTO DE PESAR – PELAS VÍTIMAS DE COVID-19 NO NOSSO MUNICÍPIO-----

O CDS tem acompanhado com especial atenção a pandemia Covid-19 que assolou o nosso concelho. -----

O CDS expressa o seu voto de pesar pelas vítimas mortais da Covid-19 do nosso concelho, endereçando às famílias enlutadas a nossa solidariedade e as mais sinceras condolências.-----

O CDS enaltece o esforço e sacrifício que os feirenses fizeram e fazem, para poder enfrentar esta nova realidade, que em virtude desta pandemia, alterou o nosso modo de viver, quer a nível social, profissional e pessoal, colocando desafios e restrições, jamais vividas por nós como sociedade. -----

O Grupo Municipal do CDS propõe a esta Assembleia Municipal, reunida em 26 de junho de 2020, que delibere:-----

- 1 - Um voto pesar pelas vítimas mortais pelo COVID-19, no nosso concelho;-----
- 2 - Solicito a esta Assembleia que se realize um minuto de silêncio, em homenagem às vítimas de Covid-19 no nosso Município.” -----

-----  
“VOTO DE LOUVOR – AOS CIDADÃOS FEIRENSES QUE SE MOBILIZARAM NA LUTA CONTRA A PANDEMIA COVID-19-----



*[Handwritten signature]*

A bancada do CDS da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, congratula-se com a extraordinária capacidade de mobilização dos cidadãos feirenses na resposta a esse grande flagelo, que se abateu sobre a nossa sociedade, a pandemia Covid-19. -----

Quando se verificou que o Estado não tinha capacidade de resposta, para dotar de meios os profissionais que estão na linha da frente no combate a essa pandemia, os cidadãos feirenses mobilizaram-se com o seu saber, arte, engenho e esforço pessoal, para encontrar soluções que permitissem aos médicos, bombeiros, enfermeiros, polícias, funcionários das IPSS e todas as pessoas que se disponibilizaram no nosso Município com ética e profissionalismo nas mais diversas formas de colaboração no combate a essa pandemia que a todos nos afeta, tornaram-se assim nuns verdadeiros heróis nesta luta diante de circunstâncias adversas e difíceis. -----

O Grupo Municipal do CDS propõe a esta Assembleia Municipal, reunida em 26 de junho de 2020, que delibere: -----

1 - Um Voto de Louvor aos cidadãos Feirenses que se mobilizaram na luta contra a pandemia Covid-19.”-----

-----  
“RECOMENDAÇÃO: CRIAR PLATAFORMA DIGITAL - QUE PERMITA SINALIZAR E DIVULGAR TODAS AS ATIVIDADES DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Numa época tão exigente cada vez mais obriga-nos a dar o nosso melhor e encontrar respostas e soluções para os desafios que temos de enfrentar. -----

É nas dificuldades que o ser humano se reinventa e projeta soluções que permita superar adversidades que muitas vezes parecem intransponíveis. -----

Temos que ter audácia e aproveitar as ferramentas que a era digital nos proporciona. Nesse sentido acreditamos que as novas tecnologias adaptadas poderá ser uma mais-valia para conseguirmos prosperar e reerguer a nossa economia ajudando o desenvolvimento do nosso concelho, tornando-o mais atrativo, quer para quem cá vive, para quem nos visita, como para quem nos escolhe como destino de investimento. -----

Esta plataforma digital teria como objetivo permitir uma sinalização nas telecomunicações que temos ao nosso dispor, em tempo real para que quem circula em Santa Maria da Feira possa ser informado das mais diversas atividades existentes no nosso território, sejam estas repartições públicas instaladas no nosso concelho, serviços de saúde, equipamentos

---



desportivos, espaços culturais, equipamentos turísticos, restauração, atividade industrial e todos os tipos de eventos realizados na nossa terra.-----

Este tipo de ferramenta que hoje temos ao nosso dispor, que já é utilizada em muitas realidades, no nosso entender poderá ser uma mais-valia para nos ajudar a construir um futuro melhor.-----

1 - A bancada do CDS propõe que o município crie no seu site uma página, que sinalize através de link todas as atividades existentes no nosso concelho. -----

2 - Através do link – criar uma aplicação que permita no seu telemóvel, consiga localizar todos os pontos de interesse do nosso Município.” -----

-----  
“RECOMENDAÇÃO: PUBLICAÇÃO DOS MOVIMENTOS MENSIS DA CONCESSÃO DO ESTACIONAMENTO P. PARQUES NO SITE DA CÂMARA-----

O CDS tem acompanhado alguns desenvolvimentos menos claros, que envolve a falta de transparência com o contrato de concessão de estacionamento de superfície, entre a concessionária P. Parques e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.-----

A falta de transparência na execução do novo contrato e dos respetivos pagamentos em dívida que foi acordado em tribunal, mais o pagamento mensal de 40% da receita obtida por parte da concessionária P. Parques à Câmara Municipal. -----

O cidadão feirense é obrigado a pagar o estacionamento, quando por ele é utilizado, se não o fizer, incorre de uma coima por falta de pagamento. -----

O cidadão feirense tem o direito de saber se é efetuado o pagamento dos 40% da receita obtida mensal, por parte concessionaria P. Parques à Câmara Municipal. -----

O cidadão feirense tem o direito de saber, se a concessionária estiver em incumprimento, o município executa as sanções contratualizada?-----

Pelo acima exposto a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2020, recomenda: -----

1 - Que os valores apurados mensalmente sejam divulgados no site da Câmara Municipal. -----

2 - Também o pagamento das prestações em dívida, que foram negociadas no novo contrato.” -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----



*[Handwritten signature and initials]*

“VOTO DE LOUVOR – AOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE-----

O Serviço Nacional de Saúde tem provado, uma vez mais, ser imprescindível e insubstituível. Tem sido ele, em tempo de pandemia, a garantir, vinte e quatro horas por dia, a saúde e a segurança de toda a população. O SNS só é possível com o trabalho dedicado de todos os seus profissionais, desde o assistente operacional ao médico, passando por todos os outros grupos profissionais que compõem e formam o nosso serviço público de saúde, pelo que todas as manifestações de reconhecimento são justas, todas as palavras de gratidão são devidas. Mas é preciso passar das palmas às ações. -----

Os profissionais de saúde têm sido incansáveis: têm feito turnos extra, abdicaram de dias de férias e de descanso, expuseram-se a um risco acrescido para garantir cuidados de saúde a quem mais precisava, muitos privaram-se do contato com a família e com os mais próximos. E ainda têm pela frente um desafio da maior exigência: continuar a responder à Covid, ao mesmo tempo que recuperam atividade suspensa e retomam a atividade normal. -----

O esforço e o trabalho desenvolvido por todos os profissionais do SNS têm, sem dúvidas, o reconhecimento da população do concelho de Santa Maria da Feira e devem ter o reconhecimento formal dos órgãos autárquicos. Esse reconhecimento deve ter tradução prática, seja no reforço de profissionais do SNS, na melhoria das condições de trabalho através do investimento no nosso serviço público de saúde e na criação de carreiras justas e dignas para todos os profissionais. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira – interpretando, com toda a certeza, o sentimento da população do concelho – não pode deixar de manifestar o mais profundo reconhecimento e manifestar o mais sincero agradecimento a todos os profissionais do Serviço Nacional de Saúde que com o seu trabalho garantem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, seja em tempos de epidemia, seja em tempos sem epidemia. -----

Concretizando esse sentimento, também não pode deixar de defender e reivindicar que aos profissionais de saúde (assim como a todos os profissionais com funções essenciais e especialmente expostos ao risco) seja atribuído um subsídio de risco e atribuído um estatuto de risco e penosidade, que seja criado um mecanismo de reconhecimento automático de doença profissional sempre que um profissional de saúde desenvolva Covid-19 e que sejam criadas carreiras específicas para os profissionais de saúde, com critérios de progressão e tabelas salariais que valorizem as suas funções. A tudo isto deve somar-se o reforço do





orçamento e do investimento no SNS, em quantidade suficiente para a contratação de milhares de profissionais de saúde, dos vários grupos profissionais, que continuam a ser absolutamente necessários e fundamentais para o desenvolvimento do SNS. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2020, manifesta o seu reconhecimento e agradecimento aos profissionais de saúde do SNS e defende a melhoria das suas carreiras e condições de trabalho, nomeadamente através da criação de um subsídio e estatuto de risco e penosidade, através da criação de um mecanismo de reconhecimento automático de doença profissional sempre que o profissional de saúde desenvolva Covid-19, através da criação de carreiras específicas e com regras de progressão que valorizem estes profissionais e através da contratação de mais profissionais para o SNS.” -----

-----  
“VOTO – SAUDAÇÃO ÀS MANIFESTAÇÕES CONTRA O RACISMO REALIZADAS EM PORTUGAL E EM VÁRIAS CIDADES A NÍVEL MUNDIAL -----

Nas últimas semanas em todo o mundo têm sido realizadas enormes manifestações contra o racismo e a violência policial, associadas ao movimento Black Lives Matter. Estas manifestações, que tiveram início nos Estados Unidos da América, depois da morte de George Floyd, têm juntado gerações, etnias e credos. Mesmo em contexto de pandemia, com as devidas medidas de proteção, as pessoas saíram à rua para demonstrar que a luta antirracista e pela igualdade está de boa saúde. -----

Depois da morte de George Floyd às mãos da polícia de Minneapolis, as ruas encheram-se na maioria dos estados americanos com manifestantes que reclamam justiça, não só para George Floyd, mas para todas as vítimas da violência policial e do racismo estrutural existente no país. -----

Rapidamente o resto do mundo demonstrou a sua solidariedade e as ruas de várias cidades em todo o mundo foram ocupadas pelas vozes daquelas e daqueles que se posicionam contra o racismo e a violência policial. Foram realizadas manifestações em várias cidades de França, Alemanha, Inglaterra e Portugal. -----

Em Portugal, foram realizadas manifestações nas cidades de Lisboa, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lagos, Faro, Funchal, Guarda, Santarém e Braga. Estas manifestações juntaram milhares de pessoas que partilhavam os gritos ouvidos a nível internacional e apontavam



também os problemas existentes em Portugal. A solidariedade internacional e a luta pela igualdade saíram à rua por uma causa que merece todo o apoio. -----

“A nossa luta é todo o dia, contra o racismo e a xenofobia!”, “direitos iguais”, “Cláudia Simões presente!”, “no justice, no peace”. Foram inúmeras as palavras de ordem e milhares as pessoas que lhes deram voz em várias cidades de norte a sul do país. -----

Em Portugal, lamentavelmente, o racismo institucional ainda afeta a vida de pessoas negras e das pessoas racializadas em várias dimensões: na educação, na justiça, na habitação, na segregação territorial, no acesso ao emprego e nos salários. -----

É por isso, para o Bloco de Esquerda, urgente a criação de políticas públicas que combatam o racismo e a discriminação racial. A aprovação deste voto é, por isso, um pequeno passo no sentido certo. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão plenária de 26 de junho de 2020:-----

Saúda as manifestações contra o racismo, organizadas em Portugal e em diversos países, e demonstra a sua solidariedade e empenho na luta contra o racismo, contra a violência policial e pela igualdade dos povos.-----

Este voto de saudação, a ser aprovado, deve ser publicado nas páginas institucionais da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.”-----

-----  
“RECOMENDAÇÃO – APOIOS AO SETOR CULTURAL EM SANTA MARIA DA FEIRA -----

O setor cultural foi dos primeiros a ser afetado pela pandemia de Covid-19. Os espetáculos foram cancelados, os museus fechados e os cinemas encerrados. Ainda antes da declaração do Estado de Emergência, já muitas autarquias e outras instituições, no seguimento das orientações das autoridades de saúde para o afastamento social, tomavam a decisão de encerrar equipamentos e cancelar atividades culturais.-----

Num setor onde a precariedade laboral é a regra e rotina, e as estruturas de produção são tipicamente de micro e pequena dimensão, a desproteção dos trabalhadores é total. A inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos para o setor revela-se particularmente penalizadora neste momento de crise.-----

Infelizmente, o concelho de Santa Maria da Feira não é exceção. Por todo o concelho existem artistas, companhias e associações que viram as suas fontes de rendimento abruptamente



eliminadas pela pandemia. O cancelamento de todos os espetáculos agendados, do Imaginarius e da Viagem Medieval configuram uma perda de rendimentos brutal para os artistas e intervenientes desses eventos. -----

Salvaguardar esses agentes culturais deve ser um desígnio da autarquia. Não podemos acenar com prémios ou reconhecimentos internacionais quando está tudo bem e depois, perante a maior crise de saúde pública dos nossos tempos, deixar sem qualquer tipo de apoio aquelas e aqueles que fazem a cultura no nosso concelho. -----

Investir agora nesses agentes culturais é investir no futuro da cultura no concelho. Garantir a sustentabilidade dos projetos é garantir que sairemos disto reforçados e com a perspetiva de melhores dias. Deve ser, por isso, um desígnio deste executivo o investimento na Cultura. ----

Porém, e convém salientar, este não é um problema de agora. Todos os anos centenas de jovens criadores radicam-se em distritos vizinhos à procura de melhores condições laborais porque continuam a ver o seu valor esquecido por esta Câmara Municipal. -----

Esta é a altura de mudar isso. E para mudar é necessário alocar uma verba digna capaz de auxiliar os artistas a título pessoal e as companhias e reforçar os mecanismos existentes de fomento à produção cultural em Santa Maria da Feira. -----

Perante a visível inoperância da Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda pretende assim elencar várias medidas excecionais de apoio à cultura. -----

Estas são medidas que dão um passo no sentido certo. Não só garantem a proteção dos agentes culturais, como também garantem que no futuro podemos contar com esses agentes culturais. Está na hora de passar do marketing à ação, e a cultura não pode ficar à espera porque os artistas não sobrevivem com os prémios anunciados pela Câmara Municipal.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2020, recomenda: -----

1. A Câmara Municipal deve garantir o reagendamento da programação, adaptando o rácio existente bilheteira/cachet de forma a salvaguardar os interesses dos artistas perante a imprevisibilidade de afluência de público; -----
2. O executivo deve ter em conta que, para além das criações contratualizadas, a Viagem Medieval e o Perlum conta todos os anos com artistas independentes, mas que não estão incluídos nesses contratos. Contudo, e dada a assiduidade e importância desses agentes, é necessária a criação de um mecanismo que proteja a sua subsistência; -----



116  
- def.

3. A autarquia deve proceder à abertura do Programa de Apoio a Projetos Culturais (PAPC) a artistas individuais e o aumento da sua dotação orçamental, garantindo uma maior resposta aos agentes culturais; -----

4. Deve ser aumentada a comparticipação para 100% das produções culturais, em casos de clara incapacidade do artista ou associação em garantir o financiamento a 50% atualmente existente; -----

5. O executivo deve proceder a um levantamento dos espaços utilizados pelos artistas e pelas companhias em Santa Maria da Feira de modo a que, no caso daqueles que não garantam as condições de segurança durante esta crise pandémica, o executivo possa disponibilizar imóveis da autarquia de maior dimensão para que possam continuar a criar conteúdo.” -----

“RECOMENDAÇÃO – ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----

Perante a crise pandémica da Covid-19, quem vive e trabalha no município de Santa Maria da Feira está a responder positivamente e a adaptar os seus comportamentos a esta nova realidade e as pessoas compreendem a importância de alterar os seus hábitos e proteger a comunidade da ameaça que hoje enfrentamos no concelho, em Portugal e no mundo. -----

São muitas as mudanças e as incertezas que se levantam nas variadas áreas no que diz respeito aos direitos, garantias e proteção, sendo, neste contexto, a primeira responsabilidade das autarquias a de responder a quem está mais vulnerável e viu os seus rendimentos reduzidos. Por isso, o papel da Câmara Municipal passa pelo esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais. -----

Muitas famílias encontram-se em situação de carência económica, provocada ou agravada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 que ainda vivemos, situação que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água. A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -  
Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e



agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia.-----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10.-----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar 9.862 agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2020, delibera:-----



*[Handwritten signature]*

Propor à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.”-----

Interveio a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD), que apresentou e explanou o Voto de Congratulação que, seguidamente, se transcreve:-----

“A praia fluvial da Mâmoa, na freguesia de Milheirós de Poiares, conseguiu este ano, pela primeira vez, a Bandeira Azul, símbolo da qualidade ambiental das praias europeias. A distinção da ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa é atribuída anualmente, com base num conjunto de requisitos, que vão da segurança ao bem-estar, das infraestruturas de apoio à informação aos utentes. -----

No caso da praia de Milheirós de Poiares, a nota positiva da ABAE teve por base critérios como a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, os serviços e a segurança. -----

Desde que foi inaugurada, a praia tem registado um crescente aumento de utilizadores, constituindo-se, hoje, como uma referência de Milheirós de Poiares e de Santa Maria da Feira. Na época particularmente difícil que atravessamos, a atribuição da Bandeira Azul tem especial significado, revelando-se como catalisadora do desenvolvimento do turismo local, permitindo fazer férias cá dentro. O nosso território obteve o reconhecimento de ser um espaço de lazer e de qualidade ambiental única para receber não apenas os cidadãos de Santa Maria da Feira como todos os que queiram usufruir deste espaço de excelência. -----

A praia fluvial da Mâmoa tem uma área de dois hectares, dispendo de infraestruturas de apoio, nomeadamente, bar, posto de primeiros socorros, sanitários, parques de estacionamento com zonas reservadas a pessoas com mobilidade reduzida e parque para bicicletas. -----

Pelo exposto, o grupo municipal do PSD propõe:-----

1 – Congratular a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira pela atribuição da Bandeira Azul à praia da Mâmoa, resultado do investimento do Município na criação e modernização do equipamento ao longo dos anos.”-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por informar que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente os votos de louvor apresentados pela CDU, assim como o voto



1/4  
3  
pp.

de louvor, o voto de pesar e as recomendações apresentadas pelo CDS-PP.-----

Em relação à recomendação do CDS-PP para criação de uma plataforma digital para divulgar as atividades do Concelho, disse querer partilhar que o concelho de Almada tem, no site da Câmara, o mapa do concelho onde aparecem uns balões relativos às atividades a realizar, culturais, desportivas e de outros tipos, em que, clicando-se sobre os mesmos, é dada a informação do evento, como a localização, o horário, o custo dos bilhetes, as acessibilidades, entre outras informações úteis. Referiu que esse é um exemplo que pode ser seguido, tal como se pode enveredar por outro, sublinhando que o importante é fazer a divulgação das atividades realizadas no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Referiu, em relação aos documentos apresentados pelo Bloco de Esquerda, que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente a recomendação sobre os apoios ao setor cultural, assim como iria votar a favor o voto de saudação às manifestações contra o racismo por entender que, mesmo numa altura de pandemia, não se pode deixar de lutar pela erradicação das situações de racismo que se têm assistido pelo mundo fora.-----

Disse, a propósito da recomendação para a atribuição automática da tarifa social da água, que o grupo municipal do PS também a iria votar a favor, salientando que, contudo, também é preciso votar a criação da tarifa social porque, não se tendo essa tarifa social, será difícil a sua atribuição automática. Salientou que, por isso, é a favor quer da criação da tarifa social quer da sua atribuição automática a quem tiver rendimentos inferiores a um determinado valor. ----

Sobre o voto de louvor aos profissionais do SNS referiu que o grupo municipal do PS não podia deixar de seguir esse voto sem dizer também que o Governo do Partido Socialista, em vez de desinvestir na Saúde, aumentou grandemente o investimento na Saúde, em vez de cortar salários, parou o corte e começou a fazer aumentos, bem como tem promovido a maior contratação de profissionais de Saúde dos últimos tempos. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino informou que o grupo municipal do PS também iria acompanhar o voto de congratulação apresentado pelo PSD, pela atribuição da Bandeira Azul na única praia do Concelho, em Milheirós de Poiares.-----

-----  
Interveio o membro *Fillipe Moreira* (CDU) que, começando pelos documentos apresentados pelo CDS-PP, disse que iria votar a favor a recomendação relativa à plataforma digital, salientando que o CDS-PP tem trazido essa proposta à Assembleia Municipal com alguma



recorrência e que também entende que faz todo o sentido que haja uma centralização dos eventos, principalmente através de uma Aplicação para o telemóvel. -----

Sobre a recomendação da publicação dos movimentos mensais relacionados com a concessão do estacionamento à P. Parques, fez notar que a CDU, embora estando, no fundo, de acordo, se iria abster porque a proposta tem em conta os pagamentos de uma só empresa, o que pode ser visto como um ato discriminatório relativamente às outras empresas que também têm contas a pagar à Câmara, para além do facto de expor as dívidas da empresa em questão. -----

Disse ser evidente que a CDU considera que a Câmara devia ser mais transparente ou, pelo menos, mais célere no entregar da documentação à Oposição, para que esta esteja munida de todos os documentos, nomeadamente na questão relativa aos pagamentos da dívida da P. Parques à Câmara Municipal. -----

Referiu, relativamente ao voto de louvor aos cidadãos feirenses que se mobilizaram na luta contra a pandemia de Covid-19, que o iria, evidentemente, votar a favor, comentando que o mesmo vai ao encontro do voto de louvor apresentado pela CDU na última sessão da Assembleia Municipal. Disse que também não podia deixar passar, a propósito do outro voto de louvor apresentado sobre a centralidade e a importância que o Serviço Nacional de Saúde teve na luta contra a pandemia, que se é verdade que, em alguns momentos, não se tinha disponível todos os equipamentos, também é verdade que se não fosse o Serviço Nacional de Saúde a pandemia teria tido efeitos muito mais negativos no País e, mesmo no presente, as coisas não estariam como estão. -----

O membro Filipe Moreira, prosseguindo a sua intervenção, aludiu aos documentos trazidos pelo Bloco de Esquerda, dando nota que também iria votar favoravelmente o voto de saudação às manifestações contra o racismo, acrescentando que é sempre de salientar, alertar e combater o racismo e a xenofobia, seja a nível institucional ou individual. Referiu que não deixa de ser interessante o poder que os media têm na atualidade, ressaltando que tais manifestações foram desencadeadas por eventos recentes ocorridos nos Estados Unidos da América quando, no início deste ano, ocorreram incidentes idênticos em Portugal e a sociedade não se mobilizou da mesma forma. -----

Sobre o voto de louvor aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde disse que o votaria, evidentemente, a favor, assim como a recomendação para atribuição automática da tarifa social da água, acrescentando, quanto a esta, que partilha da opinião do PS na parte em que





também é preciso criar a tarifa social para que, depois, seja atribuída de forma automática de acordo com os pressupostos configurados na recomendação. -----

Relativamente à recomendação sobre os apoios a dar ao setor cultural deu nota que também a iria votar a favor, dizendo ser da opinião que é dever de toda a sociedade estar muito atenta ao setor da Cultura, comentando que este é, e vai continuar a ser, um dos setores mais afetados pela pandemia, no respeitante ao desemprego e à precariedade. Referiu que, neste aspeto, nem tudo é mau, salientando a iniciativa da Câmara Municipal de ceder 3 mil euros extra às Juntas de Freguesia para eventos culturais, que poderão ser ainda destinados para ações de solidariedade. Realçou que, apesar disso, a recomendação do Bloco de Esquerda continua a fazer todo o sentido dadas as atuais circunstâncias, principalmente no que refere aos artistas e aos agentes culturais mais novos. -----

De seguida, aludindo ao voto de congratulação proposto pelo PSD devido à atribuição da Bandeira Azul à praia fluvial da Mâmoa, em Milheirós de Poiares, disse que a CDU está muito satisfeita com essa atribuição porque considera que aquela praia fluvial é um marco muito importante até para o turismo, não só do Município, mas de toda a Região, até porque não há muitas Bandeiras Azuis atribuídas a praias fluviais da proximidade. Referiu que quem está mais por dentro da política sabe que tem sido um ponto de interesse da atividade da CDU exigir sempre melhores condições para aquela praia, até porque, desde o início, a mesma despertou algumas dúvidas, nomeadamente no que respeita à qualidade da água. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira informou que se iria abster em relação a este voto de congratulação pela simples razão de que a CDU pediu informações sobre a praia fluvial da Mâmoa, através de um requerimento, e a Câmara Municipal ainda não disponibilizou à CDU a informação solicitada. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por informar que iria acompanhar o voto de louvor proposto pela CDU, a atribuir ao Clube Desportivo de Paços de Brandão, referindo que o faria homenageando, também, todos os clubes desportivos do Município que lutam pela divulgação e manutenção do desporto no território. -----

Deu nota que também iria acompanhar o voto de louvor a atribuir à Tuna Musical Mozelense, ressaltando o excelente trabalho que aquela Tuna tem desenvolvido e por todo o historial que tem em prol da cultura no Concelho. -----



Handwritten initials and a signature.

Sobre o voto de louvor a atribuir aos profissionais do SNS, proposto pelo Bloco de Esquerda, referiu que o iria acompanhar face o excelente trabalho levado a cabo por esses profissionais, nesta época tão difícil e tão exigente para os serviços que desempenham.-----

Em relação ao voto de saudação às manifestações contra o racismo, salientou que o CDS-PP é contra todo o tipo de racismo e é favorável a todo o trabalho que possa ser feito para o combater. Disse querer, ainda, deixar um alerta porque tais manifestações não podem ser utilizadas para também provocar formas de xenofobia e de racismo contra autoridades e contra certas atividades nacionais de relevo, quer se goste ou não delas, dizendo que tais manifestações não devem servir para criar vandalismo e criar divisões ainda mais acentuadas na sociedade, acrescentando que, por essa razão, se iria abster na votação deste voto de saudação.-----

Referiu, em relação à recomendação sobre a atribuição automática da tarifa social da água, que, conforme já dito pelos membros Sérgio Cirino e Filipe Moreira, era importante que a tarifa social fosse realmente criada no Município, fosse regulamentada para, então, poder ser aplicada.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos disse, a propósito do voto de congratulação proposto pelo PSD pela atribuição da Bandeira Azul à praia fluvial da Mâmoa, que considera essa atribuição uma mais-valia para o Município, nesta altura tão exigente e tão difícil que se vive, dizendo tratar-se de um equipamento de referência que o Município tem e que deve deixar todos os feirenses orgulhosos, e, ao mesmo tempo, levar a que todos continuem a trabalhar para que o mesmo possa prosperar e ser cada vez mais dignificado.-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por informar que o grupo municipal do BE iria acompanhar todas as propostas em apreço, com exceção do voto de congratulação apresentado pelo PSD, ao qual se iria abster por considerar que o mesmo se deveria dirigir à população de Milheirós de Poiares e não à Câmara Municipal.-----

Sobre a recomendação do CDS-PP em relação à P. Parques disse querer deixar registada a nota que o BE, votando favoravelmente a mesma, entende que o contrato deveria ser resolvido, e ponto, e que não se deveria andar a divulgar e a comunicar se a P. Parques cumpre ou não com os pagamentos, porque já não é a primeira vez que não cumpre.-----  
-----



Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dar nota que o grupo municipal do PSD iria acompanhar a recomendação do BE sobre o apoio ao setor cultural de Santa Maria da Feira, dizendo ser sabido que é um setor que está a sofrer e irá sofrer em grande medida com a pandemia, que não tem um futuro risonho. -----

Em relação à recomendação sobre a atribuição automática da tarifa social da água informou que o grupo municipal do PSD não a iria acompanhar porque considera que é preciso uma análise pormenorizada a essa matéria. Recordou que, há muito pouco tempo, foi salientado que não é por as pessoas estarem numa habitação social que terão direito à redução da tarifa, acrescentando que esta medida terá de ser analisada e que as pessoas terão de comprovar a falta de rendimento para terem acesso à redução, para além de que essa questão terá de ser, obviamente, conciliada com a entidade concessionária. Reforçou que, por isso, o grupo municipal do PSD entende que, neste momento, não existem condições para que possa acompanhar essa recomendação. -----

Sobre a recomendação do CDS-PP a propósito da criação de uma plataforma digital disse considerar que, neste momento, o Município tem um site já bastante desenvolvido, que é novo, ressaltando que serão sempre precisos ajustes e que o Executivo Permanente tem pedido a colaboração das entidades para que se façam tais ajustes. Realçou ainda que, ao se verificar tudo o que é pedido na recomendação, tais pedidos ou já estão espelhados no novo site do Município ou, então, constam do site VisitFeira, pelo que considera que, neste momento, não há necessidade de alargar a outra plataforma, mas sim fazer alguns ajustes ao site existente, conforme a evolução da realidade e das necessidades. Realçou que a ideia da criação dessa plataforma não é nova e que o grupo municipal do PSD continua com a mesma postura relativamente à que teve no passado. -----

Relativamente à recomendação sobre a P. Parques deu nota que o grupo municipal do PSD também não a iria acompanhar, comentando que o membro Filipe Moreira já havia dito exatamente aquilo que o grupo municipal do PSD pensa sobre a mesma, ou seja, que iria haver uma discriminação em relação à empresa em questão. Salientou que todos os valores solicitados relativamente à P. Parques estarão espelhados nas contas anuais do Município da mesma forma que estarão os das outras empresas e entidades. -----

Sobre o voto de congratulação pela atribuição da Bandeira Azul à praia fluvial da Mâmoa disse que, obviamente, sendo proposto pelo grupo municipal do PSD, este o iria votar



*Handwritten initials and a signature.*

favoravelmente, comentando que gostava que aqueles que tanto criticaram a praia fluvial e tanto criticaram o esforço do Município neste grande investimento, dessem, neste momento, o braço a torcer por esse equipamento de eleição que o Concelho tem.-----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro disse, relativamente ao voto de louvor a atribuir aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, proposto pelo BE, que o grupo municipal do PSD o iria acompanhar dado que esses profissionais fazem um esforço inglório, muitas das vezes, quando existe um governo que deixa muito carente essa atividade por falta de investimento, acrescentando que ouviu as palavras ditas pelo membro Sérgio Cirino a este respeito mas que, de certeza, o mesmo não estaria a falar de Portugal. Nesse âmbito disse que se viu que o ex-Ministro das Finanças, que propôs o orçamento rectificativo, fugiu do Governo e não teve legitimidade para defender os números que apresentou, ressaltando que, portanto, não há realmente o investimento necessário e a prova é que os municípios têm estado a atalhar caminho, entre os quais o de Santa Maria da Feira, para colmatar toda a falta de investimento existente na área da Saúde. -----

Sobre o voto de louvor proposto pelo CDS-PP, a atribuir aos feirenses que se mobilizaram na luta contra o Covid-19, disse que o grupo municipal do PSD, apesar de ter a consciência que é preciso dar alguns passos atrás, iria acompanhar este voto porque foi possível constatar que, apesar de haver casos excecionais de pessoas que não estão a corresponder ao que deviam, os cidadãos feirenses foram, na grande medida, exemplares.-----

Informou, de seguida, que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente os votos de louvor propostos atribuir ao Clube Desportivo de Paços de Brandão e à Tuna Musical Mozelense. -----

Em relação ao voto de pesar pelas vítimas do Covid-19 no Município referiu que, felizmente, os números em Santa Maria da Feira não são tão dramáticos como em alguns concelhos, mas que, obviamente, é sempre de apresentar um voto de pesar a todas as famílias e a todas as pessoas que sofreram com as suas perdas. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro, aludindo ao voto de saudação às manifestações contra o racismo, disse que o grupo municipal do PSD é e será sempre contra todas as manifestações de racismo, seja em Portugal ou em qualquer outro país, mas que não quer deixar de salientar o aproveitamento que, muitas vezes, existe nestas situações. Referiu que se tem assistido a uma destruição de objetos e equipamentos públicos, que tudo serve para



manifestar esse voto contra o racismo, ressaltando que é preciso ter atenção ao terror que tem sido espalhado, em que inclusivamente se vê, não tanto em Portugal, mas noutros países, pessoas a ficarem sem o seu negócio numa noite, pelo qual lutaram uma vida, simplesmente por um golpe de fúria de algumas pessoas que são tudo menos racionais. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Voto de Pesar “Pelos Vítimas de Covid-19 no nosso Município”, apresentado pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de pesar em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De acordo com o deliberado, a Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Covid-19 no Município. -----

– *Voto de Louvor ao Clube Desportivo de Paços de Brandão, apresentado pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de Louvor à Tuna Musical Mozelense, apresentado pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Criar plataforma digital – que permita sinalizar e divulgar todas as atividades do Concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 33 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Rui Ribeiro** (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----



“O PSD é, obviamente, sempre a favor da divulgação de toda a atividade e de todo o histórico de todos os equipamentos do Concelho. Penso que é redundante, neste momento, dado existir um site novo do Município, dado existirem outras plataformas já divulgadas dentro do nosso Concelho, é redundante criar mais um instrumento. -----  
É importante sim, e aí gostamos, obviamente, de ouvir os contributos de todos os partidos, que se acham por bem melhorar em alguns pontos, que deixem efetivamente os seus contributos. Mas, penso que não há necessidade, neste momento, de criar mais uma ferramenta eletrónica, acho que estamos bem servidos, há necessidade de ajustar, efetivamente, o que estiver menos bem.”-----

-----  
- *Recomendação “Publicação dos Movimentos Mensais da concessão do estacionamento P. Parques no site da Câmara”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor da recomendação (PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1), 33 votos contra (PSD) e 3 abstenções (CDU: 1, IND: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro Filipe Moreira (CDU) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção, no respeitante a esta matéria.-----

-----  
- *Voto de Louvor “aos cidadãos Feirenses que se mobilizaram na luta contra a pandemia Covid-19”, apresentado pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de congratulação (no âmbito da atribuição da Bandeira Azul à praia fluvial da Mâmoa), apresentada pelo PSD:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, CDS-PP: 1, IND: 1) e 3 abstenções (BE: 2, CDU: 1), aprovar o voto de congratulação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----



Os membros Filipe Moreira (CDU) e Salomé Ventura (BE) solicitaram que fosse considerada como declaração de voto as suas respetivas intervenções, no âmbito desta matéria. -----

-----  
- *Recomendação "Apoios ao setor cultural em Santa Maria da Feira", apresentada pelo BE:*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 33 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Rui Ribeiro* (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

"O Executivo tem estado atento, obviamente, a esta evolução e a todas estas situações, e a prova tem sido o apoio permanente e o apoio que tem sido crescente ao longo dos últimos anos, pelo que é redundante esta solicitação. E sabemos de antemão que, nomeadamente, o Pelouro da Cultura está atento a todas estas necessidades e, portanto, não fará muito sentido e é, mais uma vez, conforme digo, redundante toda esta recomendação. -----

-----  
- *Recomendação "Atribuição automática da Tarifa Social da Água", apresentada pelo BE: --*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 33 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de Louvor "aos profissionais do Serviço Nacional de Saúde", apresentado pelo BE: ---*

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Voto de Saudação "às manifestações contra o racismo realizadas em Portugal e em várias cidades a nível mundial", apresentada pelo BE:-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor do voto de saudação (PS: 13, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), 33 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), rejeitar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente



*[Handwritten signature]*

exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro **Rui Ribeiro** (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Conforme foi dito na intervenção anterior, somos sempre contra qualquer manifestação de racismo, no entanto, não podemos aceitar o atropelo dos direitos, das liberdades e garantias da população, e toda esta manifestação ser usada para outros fins, nomeadamente para o vandalismo que temos assistido em todo o mundo e, também, em Portugal. Portanto, com este articulado, com este tipo de discurso, não podemos acompanhar.”-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia**, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro **Filipe Moreira**. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dizer que, antes de mais, queria expressar o descontentamento da CDU com o abandono do projeto do Eixo das Cortiças, ou, pelo menos, com o adiamento do mesmo. Disse ser um projeto que tem já várias décadas e que é fundamental e estrutural para o desenvolvimento do Município, e que, uma vez mais, foi abandonado.-----

Referiu que, de seguida, iria colocar algumas questões à Câmara, realçando saber que um dos acessos à zona industrial de Mosteirô está a ser arranjado, com piso novo, questionando se o asfalto das ruas da própria zona industrial serão, também elas, arranjadas, comentando que essa é uma das piores zonas industriais no respeitante ao piso das ruas. -----

Questionou, de seguida, se a ligação entre as freguesias de Travanca e de São Miguel de Souto, que começa na Rua do Troncal e segue até São Miguel de Souto, também vai ser intervencionada, ressaltando que tais ruas são das mais degradadas do Município. -----

Referiu que, no respeitante à fiscalização, a CDU tem recebido várias queixas quanto à sinalética de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida que, por não cumprirem as normas, impede a PSP ou GNR de agir, nomeadamente de autuar. Disse que, por isso, solicitava à Câmara uma maior fiscalização desta sinalética, bem como das medidas desses lugares de estacionamento, para que obedeçam ao que está determinado na lei. -----

Disse que a CDU também tem recebido algumas queixas no respeitante à limpeza dos





terrenos, nomeadamente nas proximidades de zonas industriais, salientando ser do conhecimento geral que o prazo para se proceder a essas limpezas foi prolongado devido à pandemia e que houve alguns atrasos, acrescentando que tarda o início desses trabalhos e que tal situação poderá incorrer em algum perigo, principalmente no verão. -----

Questionou, ainda, o porquê do atraso das obras no bairro social do Souto, em Fiães. -----

Em relação ao transporte escolar disse saber que alguns municípios, apesar de terem sido eles próprios a assegurar esse transporte, continuaram a pagar às empresas pelo transporte escolar, pelo que acabaram por pagar duas vezes a despesa do transporte escolar. Disse ser verdade que a maioria dos alunos assistiam às aulas, inicialmente, a partir de casa, mas que, numa fase posterior, nomeadamente os alunos do ensino secundário, começaram a se deslocar para a escola, pelo que queria questionar em que moldes é que foi feito o transporte escolar, nos últimos meses, no Município, ou seja, se foi a Câmara que assegurou esse transporte e, assim sendo, se continuou a pagar às empresas o transporte escolar que estas não realizaram. -----

Referiu que outra questão está relacionada com o projeto de recolha do lixo porta a porta existente em algumas freguesias, salientando que chegaram queixas à CDU de que os contentores acabam por ficar no passeio durante todo o dia, dificultando muito a mobilidade dos peões, principalmente das pessoas com mobilidade reduzida. Disse querer deixar este alerta no sentido de se encontrar uma alternativa de modo a que os contentores não permaneçam um dia inteiro nos passeios, comentando que frequentemente as pessoas deixam de manhã o contentor no passeio e só o recolhem ao final do dia. -----

Disse que uma última questão se prende com os computadores que foram distribuídos pelo Município para os alunos, dando nota que, na última sessão da Assembleia de Freguesia de Fiães, essa questão foi levantada pela bancada do PS. Referiu que foram distribuídos cerca de 700 equipamentos, ou que, pelo menos, havia a disponibilidade de cerca de 700 equipamentos, comentando que alguns deles já estavam nas escolas e que outros até foram adquiridos por empresas que, depois, os ofereceram. Salientou que chegou à discussão, nessa sessão, que havia alunos que precisavam dos computadores e que não tiveram acesso aos mesmos, pelo que queria perguntar se a Câmara tem conhecimento destes casos e, se sim, explicasse o porquê de terem acontecido. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse que a pandemia acabou por não afetar a todos da mesma forma, que existem alunos que tinham já mais carências do ponto de



vista financeiro e que acabaram por ser os mais afetados, nomeadamente no acesso a equipamentos e no próprio acesso à educação. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que teve conhecimento que o projeto do campo de relvado sintético de Romariz que foi aprovado por esta Assembleia Municipal, na sessão realizada no dia 17 de fevereiro, foi rejeitado pela entidade que o iria construir, questionando à Câmara o porquê dessa rejeição. -----

Questionou, de seguida, se o centro de rastreio à Covid-19 do Europarque atingiu a sua capacidade máxima, bem como qual a capacidade de utilização e o número de testes realizados nos centros de testes localizados em Mozelos e em Fiães. -----

Referiu que, na reunião de Câmara realizada no dia 22 do corrente mês, foram aprovados, por unanimidade, os projetos para a construção das Unidades de Saúde de Milheirós de Poiares, de Canedo e de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, questionando qual a previsão para o arranque das respetivas obras, tanto ansiadas. -----

Perguntou, também, qual a situação relativamente ao Plano Municipal de Proteção de Defesa da Floresta Contra Incêndios, questionando se há algum desenvolvimento quanto ao mesmo ou se vai continuar em estudo, sem ser operacionalizado. Disse haver um desleixo permanente, quer a nível público como a nível privado, no que se refere a esta matéria, questionando se a Câmara vai, alguma vez, querer tomar uma posição sobre a mesma, principalmente no que diz respeito às faixas de contenção, da própria manutenção e da limpeza dos terrenos, realçando que os incêndios não tocam só à porta dos outros e que, se não forem tomadas medidas, poderá acontecer que, um dia, se lamente de forma muito grave pelo que poderá vir a acontecer no Município. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que disse apenas querer colocar à Câmara uma questão relacionada com o túnel da Cruz, perguntando se já existe alguma solução mais definitiva para aquela situação. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que na Rua da Baralha, em Sanguedo, os esgotos estão a correr a céu aberto há mais de 8 dias, perguntando se a Câmara tem conhecimento da situação e se já fez alguma coisa a esse respeito. -----



Questionou, ainda, qual o acompanhamento que o Município tem feito em relação à situação do muro do hospital de S. Sebastião, comentando que, após a intervenção de que o mesmo foi alvo, mais nenhuma medida foi ali implementada. -----

Disse, de seguida, que a circulação dos transportes públicos diminuiu substancialmente, não só dentro do Concelho como, também, dos concelhos limítrofes para Santa Maria da Feira, o que implica alterações nos hábitos das pessoas para irem trabalhar, nomeadamente na questão dos horários, questionando se a Câmara está a acompanhar esta situação da diminuição dos transportes públicos. -----

Referiu também que, no período de semiconfinamento que se vive devido à pandemia de Covid-19, para se aceder aos serviços on-line da Câmara Municipal ainda é requisito fazer a inscrição presencialmente. Realçou que, se o serviço é on-line, a respetiva inscrição também devia ser feita on-line, tal como acontece em todos os serviços públicos do Estado, e não presencialmente. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino questionou qual a razão para os serviços municipais terem aberto ainda mais tarde, mesmo que por agendamento, comparativamente com a grande maioria dos serviços públicos. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS) que começou por dizer que a primeira questão que queria colocar já havia sido abordada, relacionada com a questão do túnel da Cruz, perguntando se a Câmara já tem algum plano para resolver o constrangimento que muito afeta os feirenses, em particular os moradores daquela zona. -----

Disse que outra questão tem a ver com uma zona de estacionamento que os moradores gostariam que fosse construída em Espargo, na zona do Roligo, realçando que, devido ao novo ginásio que abriu naquela zona, o trânsito aumentou bastante e os moradores e as pessoas que trabalham nas redondezas têm tido alguns constrangimentos para arranjar estacionamento. Salientou que esse aumento de tráfego trouxe alguns problemas, em particular na Rua de Santo António, porque as pessoas estacionam nessa rua e, depois, fica muito complicado quando dois carros se cruzam. Disse que, nessa rua, existe uma zona verde bastante larga, questionando se não seria possível fazer uma baía de estacionamento numa parte dessa zona verde, comentando que, com essa solução, se aumentava a zona de estacionamento e o trânsito fluiria muito melhor porque as pessoas já não estacionariam na



faixa de rodagem. -----  
Deu nota que esta questão já foi apresentada na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, em dezembro último, tendo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia informado, naquela altura, que já tinha feito a mesma sugestão à Câmara. Referiu que a questão voltou a ser colocada na sessão que a Assembleia de Freguesia realizou há alguns dias, e que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que tinha reunido, há cerca de 15 dias, com o responsável pelo Pelouro das Obras Municipais, o qual lhe teria dito que esse assunto ainda não tinha sido pensado. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Adriana Pinto disse que já se passaram cerca de 4 meses desde que a questão foi colocada à Câmara, e que esta ainda não pensou no assunto, pelo que queria colocar esta questão, nesta Assembleia, para saber o que a Câmara poderá fazer quanto ao problema que mencionou. -----

-----  
Interveio o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que disse querer falar a respeito da área da Saúde, fazendo notar que, no Concelho, têm havido muitas dificuldades no respeitante à assistência médica, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde primários. -----

Referiu que a Covid-19 tem feito grandes estragos, salientando que, para além de outros cuidados, foi necessário criar um centro de Covid-19, o qual funciona 12 horas por dia, todos os dias da semana, consumindo, assim, muitos recursos. Disse que, no Concelho, existem 92 médicos de medicina geral e familiar e 6 médicos de saúde pública, informando que duas médicas estão de licenças de maternidade, que dois estão de atestado por doença, que outros dois se desvincularam e saíram do Concelho, que quatro se aposentaram e que cinco se vão aposentar até ao final do ano de 2020, acrescentando que o período de férias vai, naturalmente, agudizar a situação. -----

Referiu que, devido a isso, foi necessário encerrar os polos de saúde de Paços de Brandão, Vila Maior, Romariz, Caldas de São Jorge, Nogueira da Regedoura, Sanguedo, São Miguel do Souto e Rio Meão, realçando que isso causou enormes inconvenientes à população porque, apesar do excelente desempenho dos profissionais de saúde, obrigou as pessoas a terem de fazer deslocações e tornou mais difícil que encontrassem vagas para terem consulta. -----

Disse que para se poder continuar a usufruir dos melhores serviços de saúde é necessário que sejam abertas vagas para substituir os médicos aposentados e os desvinculados, ressaltando



*[Handwritten signature]*

que tais vagas já foram pedidas pelo Diretor do ACES Feira/Arouca, mas que, com muita frequência, são rateadas. -----

Salientou que, perante tal situação, apelava à Câmara no sentido de, junto das autoridades de Saúde, como o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado, a ARS Norte, fazer pressão para que a abertura das vagas aconteça já para o próximo concurso, para que rapidamente se possa reabrir os polos entretanto encerrados e retomar a atividade assistencial. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Serafim Guimarães disse que o esforço da Direção do ACES para sensibilizar o Ministério da Saúde deve ser apoiado pela Câmara Municipal, para bem da saúde dos feirenses, ressaltando que as dificuldades sentidas pelos feirenses que temporariamente perderam os seus médicos justificam o empenho de todos. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir às questões levantadas pelo membro Filipe Moreira. -----

Deu nota que é falso que a Câmara tenha abandonado o Eixo das Cortiças, comentando que essa é uma notícia de rádio e que não é por se repetir muitas vezes uma mentira que ela se torna verdade. Informou que a Câmara tem o projeto em execução e que está à espera do parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), dando nota que a Câmara não pode lançar o procedimento concursal enquanto não tiver esse parecer favorável. Disse que a Câmara tem prevista a verba de 1 milhão de euros para o arranque da obra, mas que, provavelmente, não será gasta em 2020 porque o procedimento concursal nunca terminará neste ano, por muito que corra bem, reafirmando ser intenção da Câmara prosseguir com o projeto do Eixo das Cortiças. -----

Quanto a se as ruas da zona industrial de Mosteirô vão ser arrançadas, referiu que aquela zona industrial vai ser alvo de uma intervenção diferente. Disse que o trabalho que está a ser feito é a pavimentação da generalidade das ruas, acrescentando que acha ser evidente para qualquer pessoa que as ruas estão, na generalidade, a ficar razoáveis, mas que, em alguns sítios, é preciso fazer uma intervenção mais de fundo. Referiu ser esse o caso da zona industrial de Mosteirô, informando que está a ser desenvolvido o projeto para fazer a requalificação daquela zona industrial, onde também serão construídos passeios e baias de estacionamento. --  
Sobre a Rua do Troncal disse julgar que é uma das ruas que está agendada para ser pavimentada em breve, mas que teria de confirmar. -----



Em relação às queixas a respeito da sinalética dos lugares de estacionamento destinados a pessoas com deficiência e sobre a alegada falta de dimensão desses lugares, disse que são os técnicos da Câmara que tratam destes assuntos e que fazem a marcação dos lugares, e que julga que o fazem cumprindo as regras, mas que agradece que, caso alguém saiba de algum caso que precise ser corrigido, informe a Câmara para que seja feita a correção. -----

Em relação à questão da limpeza da floresta disse que é normal que existam algumas queixas, que acontecem sempre, mas que considera que se nota que a Câmara está a fazer esse trabalho com grande intensidade. Referiu que a situação da pandemia pode ter atrasado um pouco esse trabalho, até porque muitas empresas não tinham pessoal para trabalhar, mas que, neste momento, as coisas estão a decorrer com toda a velocidade, realçando que pode haver alguma situação que ainda não esteja bem resolvida, mas que é preferível que as pessoas informem a Câmara dessas situações para que esta as tente resolver. -----

Quanto à questão do atraso nas obras do bairro social de Fiães disse julgar que não há atraso, que as obras estão a decorrer, dando nota que a Câmara deu um forte impulso no que à reabilitação da rede de habitação social diz respeito, estando nove desses empreendimentos em reabilitação. Referiu que, muitas vezes, devido às contingências da própria obra e às limitações que os empreiteiros têm quando, por exemplo, o pessoal fica doente, tais atrasos acontecem, mas que julga não ser esse o caso verificado no bairro social de Fiães, mas que iria averiguar. -----

Relativamente à questão sobre o transporte escolar informou que foi a Câmara que, num trabalho conjunto com as escolas, programou os circuitos e os horários dos transportes, acrescentando que é a Câmara que está a assumir o pagamento do transporte escolar. -----

Sobre a questão relacionada com os contentores da recolha separativa do lixo disse não ter conhecimento da situação reportada, pelo que iria averiguar, dizendo admitir que poderá ocorrer uma ou outra situação em que tal problema aconteça. Disse julgar que a maioria das pessoas deixa o contentor num sítio que não estorva a passagem do peão, mas que, onde tal não acontece, terá de se encontrar um local para as pessoas depositarem o lixo. -----

Em relação à questão sobre os computadores para os alunos salientou que a Câmara fez um trabalho forte com todos os agrupamentos, tendo fornecido o acesso à Internet a todos os que precisavam e que ainda não tinham, acrescentando que, pela informação que tem, as situações ficaram resolvidas ou, pelo menos, remediadas, quer através de tablets e computadores que



foram adquiridos, quer através das doações que foram feitas. Disse julgar que todas as situações foram atendidas, mas que, caso houvesse ainda alguma por resolver, solicitava que a Câmara fosse informada para esta a poder analisar. -----

De seguida, aludindo às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, o Sr. Presidente da Câmara referiu desconhecer que tenha sido abandonado o projeto do campo de relvado sintético de Romariz, referindo que a Câmara aprovou a candidatura pelo que a entidade que a apresentou pode, quando quiser, fazer o campo de relvado sintético dado que o mesmo está aprovado. -----

Sobre os centros de rastreio à Covid-19 informou que os mesmos atingiram os objetivos, dando nota que, neste momento, a capacidade instalada até é superior às necessidades, acrescentando que o centro de rastreio de Mozelos foi desativado no passado mês de maio, precisamente porque já não era necessário. -----

Em relação ao arranque das obras para a construção das Unidades de Saúde de Milheirós de Poiães, de Canedo e de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, informou que o prazo para a apresentação das candidaturas termina no dia 30 do corrente mês. Referiu que a Câmara vai enviar as candidaturas, que tem de fazer a revisão do projeto que é obrigatória por lei, e que, logo a seguir, tenciona abrir o concurso. Disse admitir que, dentro de dois ou três meses, possam estar reunidas as condições para abrir os concursos, os quais demoram sempre alguns meses, pelo que as obras não se iniciarão em 2020, acrescentando que as mesmas só se iniciarão, provavelmente, no segundo trimestre de 2021, mas que até essa previsão é feita com alguma cautela, mencionado que o importante é conseguir fazer a obra. -----

Relativamente ao Plano Municipal de Proteção de Defesa da Floresta Contra Incêndios, informou que o mesmo está em aprovação, ressaltando que, entretanto, o Município foi transferido da região Centro para a região Norte, pelo que anda chutado de região para região. Saliu que enquanto não for aprovado o novo Plano continua em vigor o anteriormente aprovado, dando nota que, mais do que o Plano, o importante é o que se faz no terreno e que, nesse aspeto, o Município, através de projetos como o Aldeia Segura, através da limpeza das bermas, através da identificação de pontos de água, entre outros aspetos, tem todo o dispositivo pronto para dar a resposta necessária. -----

Sobre a questão do túnel da Cruz disse que a Câmara está empenhadíssima em encontrar uma solução, chamando a atenção que essa obra é uma competência e uma responsabilidade do



Estado Central. Informou que já pediu uma nova reunião com a Infraestruturas de Portugal, S.A., para falar sobre essa questão, dando nota que o Município já apresentou um anteprojecto àquela entidade, a qual está a analisá-lo para ver se é exequível. Referiu, ainda, que já foi dito à Infraestruturas de Portugal, S.A. que o Município está disposto a pagar o projecto de execução, que custa cerca de meio milhão de euros, bem como a participar no custo da obra. Disse tratar-se de uma obra cara, que custará alguns milhões de euros, salientando que muita gente fala na construção de uma rotunda naquele local, e que compreende isso, mas que a Câmara pretende que se faça as duas coisas, ou seja, a rotunda e o túnel porque, com o túnel, o trânsito de atravessamento será melhor. Referiu que se apenas fosse feita a rotunda resolvia-se, de certo modo, o problema do acesso à zona dos Passionistas, mas que não se resolvia o problema do excesso de trânsito ali existente, reafirmando que o Município está a aguardar pela resposta do Estado Central. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo às questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino, dizendo, a propósito da questão relacionada com os esgotos que estarão a correr a céu aberto na Rua da Baralha, que iria mandar averiguar o que se passa, comentando que existe ali um acampamento que tem sistema de fossas e que talvez o problema decorra daí.-----

Em relação ao muro do Hospital S. Sebastião disse que essa é uma obra do próprio hospital, salientando que vai voltar a interpelar o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Hospital para tentar perceber para quando está previsto fazer a reparação do muro. -----

Sobre a questão da escassez de transportes coletivos disse que é uma verdade, salientando que o Concelho é servido por empresas privadas que estiveram em lay-off e que pararam a sua atividade, dado que as escolas e as empresas também pararam, levando a que muita gente tivesse ficado em casa, pelo que tais operadores privados de transportes se debatem, hoje, com grandes problemas devido à falta de receita. -----

Informou que a Área Metropolitana do Porto está a trabalhar afincadamente nesta questão, tendo-se já conseguido repor, segundo disse julgar, cinco linhas, acrescentando que a perspectiva é a de se conseguir, durante o mês de julho, repor mais algumas. Realçou que os grandes utilizadores do transporte coletivo são quem vai para a escola, dado que, hoje, são cada vez menos as pessoas que os utilizam, reafirmando que espera que, durante o mês de julho, se verifique a reposição de algumas carreiras, mas que o certo é que os operadores





privados estão com muitas dificuldades.-----

Sobre a questão das inscrições das pessoas para os serviços on-line da Câmara disse que não tinha conhecimento da situação exposta pelo membro Sérgio Cirino, e que até estranha porque, pelo que julga, até por telemóvel dá para fazer a inscrição. -----

A esse propósito referiu que o setor do urbanismo é um setor que tem muita procura e que, nesta altura de pandemia, só faz o atendimento por marcação prévia, mas que, a certa altura, percebeu que muitas pessoas, principalmente idosos, se dirigiam à Câmara sem saberem que era preciso essa marcação prévia, levando a aglomerações à entrada do edifício, pelo que deu instruções para que, quando essas pessoas viessem sem marcação, se tentasse arranjar uma vaga para elas poderem ser atendidas. Disse que tal procedimento vai ser revisto, para se ver como proceder a partir do dia 1 de julho, comentando que já esteve mais otimista quanto à pandemia porque a situação parecia que estava a melhorar, mas que, de repente, começou a piorar, obrigando a uma reflexão mais atenta, acrescentando que é preciso ter muito cuidado para não estragar tudo porque não há condições para uma segunda paralisação total. -----

Referiu que, para já, a intenção é retomar o funcionamento dos serviços camarários do modo mais normal possível, mas que, provavelmente, os atendimentos terão de continuar a ser por marcação, reafirmando que ainda vai discutir essa situação tendo em atenção a questão das aglomerações, que é sempre o maior problema. -----

Sobre a questão colocada pela deputada municipal Carla Pinto, sobre o problema de estacionamento na Rua de Santo António, na zona do Roligo, referiu que aquela é uma zona industrial onde há, de facto, muita pressão de estacionamento porque muitas empresas se instalaram ali e porque, hoje, as pessoas deslocam-se de carro para o trabalho, dando nota que já se conseguiu criar um parque de estacionamento em tout-venant num terreno da Câmara que não estava a ser utilizado, localizado em frente ao Stand da Opel. Quanto à sugestão para a criação de uma zona de estacionamento num terreno existente na referida Rua de Santo António, disse desconhecer qual é esse terreno e que não sabe se o mesmo é público ou privado, comentando que a questão terá de ser analisada para ver o que pode ser feito naquela rua. -----

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o assunto abordado pelo membro Serafim Guimarães é extremamente pertinente, dando nota que as Autoridades de Saúde tiveram de tomar algumas medidas drásticas um pouco por todo o País, por causa dos médicos estarem a



ficar infetados, pelo que algumas unidades de saúde foram encerradas por orientações do Governo. Disse concordar com as orientações que foram tomadas naquela altura porque, se as pessoas estavam infetados e estavam em casa, tinham de ser encontradas soluções, acrescentando que, pela informação que tem, se mantém alguma prudência quanto à reabertura das unidades de saúde, mas que tal deverá suceder dentro de 2 ou 3 meses.-----

Quanto à questão da contratação de novos médicos disse ser uma questão complicada, dizendo que o próprio Diretor do ACES Feira/Arouca lhe confidenciou a preocupação que tem devido à existência de médicos que estão a atingir a idade da reforma, por outros já se terem reformado e por haver, muitas vezes, uma décalage entre o tempo em que vão para a reforma e o tempo em que são substituídos. Disse concordar que a Câmara deve apoiar o Diretor do ACES e insistir para que haja uma rápida substituição dos médicos que já se reformaram e daqueles que, nos próximos tempos, se irão reformar, comentando que, atualmente, o Concelho de Santa Maria da Feira deve estar orgulhoso porque, até à data, era o único do País com um médico e enfermeiro para todos. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse admitir, no que diz respeito à questão da substituição dos médicos, que a Câmara pode dar uma ajuda, reivindicando para que os mesmos sejam substituídos o mais rapidamente possível.-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

##### **1 – Ata N.º 17 – Sessão Ordinária de 4 de abril de 2020**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação a ata em epígrafe, oportunamente distribuída, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor, aprovar a ata em referência.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros António Topa, Maria José Santos, Aldina Cabral, Pedro Alves Ferreira, Alcino Monteiro, Manuel Melo e Paulo Marques de Oliveira.-----



**2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo *Sr. Presidente da Câmara*, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6.263, em 19 de junho de 2020, que anexa o III Relatório de 2020 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que disse querer questionar a que se refere o valor de cerca de 84 mil euros que aparece no documento, respeitante ao arranjo paisagístico da rotunda do Hospital, comentando que não se lembra de ter ocorrido, neste ano, qualquer arranjo urbanístico àquela rotunda.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara* que disse que, de facto, a Câmara vai fazer o arranjo da rotunda do Hospital e que, segundo julga, a obra já foi adjudicada, pelo que a verba em questão terá a ver com a respetiva contratualização. Salientou que, contudo, terá de confirmar esta informação, explicando que a *Sra. Vereadora Helena Portela* poderia confirmar a mesma, mas que, no entanto, a *Sra. vereadora* está de baixa médica, pelo que não se encontra a participar nesta sessão, mas que julga que a explicação é a que deu. -----  
Concluindo a sua intervenção o *Sr. Presidente da Câmara* informou que o arranque da obra estará por uma questão de semanas, e que a mesma deixará todos contentes porque é um bellissimo trabalho feito pelas arquitetas paisagistas da Câmara. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência.-----

**3 – Deliberações tomadas pela Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril:**-----

- Regime excecional e temporário de ocupação de espaço público com esplanadas / Isenção do pagamento de taxas pela ocupação de espaço público/Ratificação de despacho (*para conhecimento*) -----



*Handwritten initials and signature*

- **Medidas de Apoio Económicas/Sociais (para conhecimento)** -----
- **P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. (para conhecimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 20 de março e para ratificação da deliberação camarária de suspensão do acordo de pagamento celebrado no âmbito do proc. 563/15.6BEAVR do TAF de Aveiro)** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se referem os ofícios remetidos à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registados na Divisão de Administração Geral sob os n.ºs 4.093 (em 21/04/2020), 4.122 (em 22/04/2020) e 5.745 (em 03/06/2020), e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se referem as deliberações camarárias de 20 de abril e de 3 de junho de 2020 – documentos oportunamente distribuídos aos membros da Assembleia Municipal.-----

O membro **Filipe Moreira** (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Relativamente aos apoios aos restaurantes e aos bares, evidentemente que estamos de acordo, achamos que é uma mais-valia até porque estes estabelecimentos, para além dos problemas que tiveram nos últimos meses, estão limitados na sua capacidade. -----

Mas, também, não nos podemos deixar de preocupar com a utilização abusiva do espaço público e, aqui, solicitar à Câmara Municipal que tenha empenho na fiscalização da ocupação deste espaço porque pode acontecer, aliás, isso foi falado até na própria reunião de Câmara, como o Sr. Presidente estará recordado, de haver espaços que ocupem demasiada área e, depois, seja difícil para os peões circularem nos espaços públicos, principalmente as pessoas com mobilidade reduzida que já têm, naturalmente, mais dificuldades. -----

Depois, referir aqui também a questão dos bombeiros. Nós sabemos do apoio extra que foi dado aos bombeiros, mas também solicitar à Câmara que talvez fosse interessante manter contactos mais próximos com os bombeiros, porque estas associações irão ter uma perda de rendimentos, que tinham num ano normal e que, neste ano, evidentemente que terão essa perda e que continuarão a ter de fazer o seu serviço, e agora no verão terão ainda, para além desta situação anormal, a questão dos fogos que, tudo indica, não será um ano anormal nesse sentido.-----

É também referida a questão de redução de custos para pessoas que tratem dos seus assuntos com a Câmara on-line, e isto é uma medida que, por um lado, é positiva, mas que, por outro,



pode ser discriminatória, nomeadamente para as pessoas mais velhas que, naturalmente, têm menos acesso a estas tecnologias. Se calhar, era de repensar esta medida e de criar aqui outra forma de incentivar as pessoas a usarem estes meios, que não por esta discriminação positiva através do custo, digamos assim. -----

Relativamente à P. Parques, ao apoio que foi dado, ou à benesse, digamos assim, da empresa não ter de pagar a sua dívida à Câmara Municipal como estava estipulado em acordo, não podemos deixar de marcar aqui a nossa posição e dizer que somos contra porque esta dívida é decorrente do lucro, ou seja, é decorrente de dinheiro que a empresa tem do seu lado e que arrecadou ao longo de cerca de 10 anos. Por isso, não poderemos votar a favor esta atitude, digamos assim, por parte da Câmara. Aceitamos que tenha sido, e estamos de acordo que tinha sido cancelado o pagamento do parque de estacionamento ao longo daqueles meses, mas, neste ponto em concreto de permitir que a empresa não pagasse a mensalidade no respeitante à dívida que tem para com a Câmara Municipal, não podemos estar de acordo.” – Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que se congratula com as medidas que foram tomadas pelo Município no apoio à restauração e a quem usa esplanadas, designadamente o aumento da área das mesmas, mas que gostaria que, tal como já falado pelo membro Filipe Moreira, esta medida fosse acompanhada da devida fiscalização para que as esplanadas não sejam colocadas de uma forma abusiva e não criem transtornos a quem convive e circula nesse espaço público. -----

Disse também se congratular com as medidas tomadas para os feirantes e para quem está no mercado municipal, entre as quais está a isenção do pagamento de taxas. Referiu que, neste âmbito, deixava um desafio a quem gere tais espaços, principalmente aos presidentes das juntas de freguesia, no sentido de terem uma ação mais presente, fazendo a sensibilização para a recolha do lixo e colocando algum equipamento para o efeito, para que, no final das atividades, o espaço não apresente o espetáculo que, muitas vezes, se assiste, com o lixo espalhado pelo espaço para, depois, ser limpo pelos serviços da Junta de Freguesia. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos aludiu à questão da P. Parques para também deixar um alerta a esse respeito, comentando que o Sr. Presidente da Câmara vai acabar os seus mandatos como presidente da autarquia sem se conseguir livrar da trapalhada



*[Handwritten signature]*

que é o assunto da P. Parques. Disse que a P. Parques, durante muitos anos, usou e abusou da boa vontade dos feirenses, com a conivência e complacência do Executivo municipal, acrescentando que quando alguém tem um acordo em tribunal e tem de o pagar, se quiser uma benesse, não pode ser a entidade que tem a receber o pagamento que vai sugerir essa mesma benesse. Realçou que a entidade que está em dívida é que tem de utilizar, como qualquer contribuinte, as ferramentas que o Estado permite, chegando a um entendimento com a entidade que regula o pagamento, para que esta prorrogue o prazo do pagamento.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos disse considerar ser demasiado desleixo para com os cidadãos feirenses ser o próprio Município a empenhar-se na proteção da P. Parques, permitindo a que se questione até que ponto o Município não é conivente com toda a situação, reafirmando que o Sr. Presidente da Câmara não se conseguirá ver livre deste assunto no decorrer dos seus mandatos. -----

-----  
O membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: --  
“Em primeiro lugar gostaria de saudar todos os cidadãos e cidadãs que assistem a esta transmissão on-line. Disponibilizar estas sessões on-line é, desde há muito tempo, uma proposta do Bloco e que tem tido sempre a oposição do PSD, portanto, as forças das circunstâncias acabaram por nos dar razão. Esperemos que, aquando do regresso à normalidade, esta funcionalidade possa continuar a existir. -----

Em relação aos pontos para conhecimento que a Câmara aqui nos traz, existem imensas lacunas, nomeadamente ao nível das medidas económicas e sociais, portanto, não espanta ao Bloco que as respostas para a ação social ocupem uns meros três pontos no documento. Refiro-me à suspensão do pagamento das rendas dos fogos municipais durante o estado de emergência, a reavaliação do valor da renda e a permissão para que sejam apresentados apenas os últimos três meses dos rendimentos globais. -----

Infelizmente, estas medidas são tímidas e não resolvem problema nenhum. O impacto da Covid-19 nos rendimentos das famílias é enorme, com repercussões que vão durar meses ou até anos, portanto, Portugal esteve 45 dias em estado de emergência e as famílias terão muitos outros dias para enfrentar outras emergências. -----

A Câmara Municipal podia muito bem ter um papel, no que toca aos apoios sociais, muito mais ativo e, de facto, continua a não ter. -----



Só para contextualizar, o Bloco de Esquerda, na última Assembleia Municipal, apresentou sete medidas de emergência para o Concelho, medidas essas que respondiam ao SNS, aos idosos e às pessoas com deficiência, à questão das refeições escolares, à proteção laboral, o direito à habitação, o acesso à água, serviços essenciais, e, curiosamente, até à transmissão desta mesma Assembleia on-line.-----

Foram todas rejeitadas pelo PSD, na altura o senhor deputado do PSD justificava o chumbo dizendo, na última sessão, que a Câmara era pioneira em alguns aspetos na resposta a esta crise. E, de facto, eu concordo, é pena é que seja sempre pioneira pela inoperância, mas, infelizmente, já sabemos que isso não é bem defeito, é mais feitio, mas assim continuamos, infelizmente.-----

No que toca à Cultura, pensamos que é óbvio, acho que é bastante claro que continuam a não querer fazer nada. Optam sempre pelos mínimos. Os mínimos, de facto, não resolvem problemas. Chumbaram ainda agora, no PAOD (Período de Antes da Ordem do Dia), as propostas do Bloco dizendo que as mesmas eram redundantes, e, de facto, eu não vejo muitas daquelas propostas a serem aplicadas pela Câmara Municipal. Aliás, nenhuma daquelas propostas é aplicada pela Câmara Municipal, e depois acusam a proposta do Bloco de Esquerda de ser redundante. Talvez o tempo novamente nos dê razão um dia, iremos continuar.-----

Relativamente à questão da P. Parques, e para concluir com este ponto, é importante ter em conta que uma coisa é a suspensão do pagamento por parte dos feirenses, como aliás se verificou no Porto e em Lisboa, durante o estado de emergência, outra coisa é a tentativa de fuga às responsabilidades.-----

Infelizmente a epidemia da SARS COV 2 é também acompanhada por outra epidemia que, por acaso, atinge bastante aqui o Executivo do PSD, que é a epidemia dos interesses e do compadrio que, infelizmente, continuam em curva ascendente, falando nos termos que agora são tão bem conhecidos para a população.-----

A suspensão de pagamentos que já deviam ter sido feitos há uma década é, no mínimo, estranho. Portanto, as culpas são, de facto, imensas. Agora atira-se a questão da pandemia, tomara aos feirense que a empresa perdesse tanto tempo a resolver as suas questões e as suas obrigações como perde a arranjar desculpas.-----

Para concluir, em relação a estes documentos, de facto eles mostram-nos mais do mesmo,



poucas respostas aos feirenses e as ajudas aos amigos do costume. Talvez o Sr. Presidente pudesse fazer desta frase o slogan para a sua próxima campanha.” – Fim de citação.-----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que se congratula com as medidas que foram sendo tomadas, comentando que muitas outras poderiam ter sido tomadas, mas que foram as que estão em apreço aquelas que a Câmara entendeu tomar. Disse também querer fazer uma referência porque verificou que, nas reuniões da Câmara, durante o período em que as coisas estiveram mais perigosas devido à pandemia, houve realmente um consenso e todos os Vereadores e o Sr. Presidente da Câmara conseguiram trabalhar no sentido de encontrar as melhores medidas. Disse ser claro que há sempre opiniões diferentes, mas que queria salientar a grande colaboração de todos, nas reuniões da Câmara, no sentido de o Concelho ter as melhores medidas possíveis, ressaltando que todos fizeram o seu melhor.-----

Referiu que foi rápida e expedita a solução para a restauração, acrescentando que não podia deixar de lamentar que o Partido Socialista apresentou uma sugestão, entre outras que foram acolhidas, que entende que deveria ter sido acolhida, não só para este período da pandemia, mas para sempre, que se prende com ter, no regulamento referente à ocupação do espaço público, um prazo de pré-decisão. Disse que quando os munícipes são notificados pelo Município, têm sempre um prazo para praticar um ato, seja qual for, ressaltando que, no seu entendimento, é preciso introduzir prazos para os procedimentos que a Câmara tem de fazer, para ser uma democracia mais igualitária. Realçou que o compromisso tem de ser dos dois lados pelo que, se a Câmara manda uma carta a dizer que o munícipe tem 10 dias para fazer um determinado ato, nos regulamentos camarários também deve constar o prazo que a Câmara tem para responder ou para fazer algo. Disse que a Câmara até pode responder num prazo inferior, mas que esse prazo deve estar fixado para que todos saibam qual é, comentando que se a Câmara responder num prazo inferior ao fixado, melhor ainda.-----

Referiu que se congratula com o regime excecional de ocupação do espaço público e com a rapidez com que foi implementado, mas que entende ser altura de introduzir a inovação que indicou, para haver um relacionamento com os munícipes mais transparente e mais leal, que é importante.-----

Disse, em relação às medidas económicas e sociais tomadas, que concorda com elas.-----  
Prosseguindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino*, aludindo à questão da suspensão do





acordo de pagamento celebrado com P. Parques, disse não poder estar mais contra. Salientou que, contudo, podia partilhar que se o Município for tão rápido a salvar os feirenses como é a salvar a P. Parques, então que os feirenses estão bem servidos porque a Câmara foi de uma rapidez e de uma eficiência fantástica a salvar a P. Parques, comentando que aquela empresa ainda não tinha gritado e a Câmara já a estava a salvar, e que isso já começa a acontecer vezes demais.-----

Referiu que o pedido em apreço foi, na sua opinião, feito em cima do joelho, fazendo notar que um dos pressupostos dizia que a suspensão do pagamento se manteria enquanto a situação de pandemia se mantiver, comentando que, se calhar, a situação da pandemia ainda se vai manter por mais um ano, ou mais, até aparecer uma vacina para a doença.-----

Salientou que, depois, a Câmara teve de correr atrás do prejuízo e teve de noticiar que mandou uma carta à P. Parques comunicando-lhe que ela tinha de começar a cobrar o estacionamento porque, pelo pedido feito pela P. Parques, esta podia não pagar tão cedo o acordo judicial que celebrou.-----

O membro Sérgio Cirino, concluindo a sua intervenção, frisou que o grupo municipal do PS não pode tolerar que a P. Parques não pague conforme o acordado quando já recebeu a receita e fez dela proveito, sofrendo com isso o Município, pelo que iria votar contra a ratificação em questão, da suspensão do pagamento a fazer pela P. Parques, acrescentando que tal suspensão tem o único objetivo de salvar, uma vez mais, a P. Parques.-----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que disse querer apenas destacar que, pelo que lhe pareceu, é quase unânime que se deve acudir a todos os que perderam rendimentos devido à pandemia.-----

Referiu que todos mostram preocupação com os artistas, com os comerciantes, com as pessoas que até tiveram, a nível nacional, moratórias para o pagamento das suas prestações em dívida no banco, quer da casa quer de diversas outras prestações, mas que existe uma exceção no Concelho de Santa Maria da Feira, que é a P. Parques.-----

Disse, quanto ao assunto da P. Parques, que a Câmara Municipal conseguiu lidar, de modo muito sábio, com a situação da dívida daquela empresa, recuperando, até ao momento, mais de 200 mil euros. Fez notar que lhe parece incrível que também não seja dada atenção a uma empresa que tinha dificuldades, que deixou de receber porque deixou de cobrar, e exigir-se o

---



pagamento de prestações quando se sabia que a mesma não podia pagar. -----

Salientou que a política está correta, que enquanto durou a pandemia não se cobrou o estacionamento e a empresa deixou de pagar as prestações, ressaltando que a P. Parques não deixou de ter a dívida e que, deste modo, a Câmara vai recuperá-la mais ou menos dentro dos prazos previstos. Disse que a Câmara está a gerir muito bem o assunto e que só a demagogia de alguns partidos quer infernizar a vida a uma empresa, mas que não percebe o porquê disso, comentando que talvez a intenção não seja infernizar uma empresa, mas sim uma tentativa de mostrar que a Câmara não lida bem com os seus processos, quando, na prática, já recuperou mais de 200 mil euros.-----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse esperar que o Município recupere o total da dívida, acrescentando que não deseja o mal de nenhuma empresa do Concelho, muito menos o mal de Santa Maria da Feira e do País. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que foram deixados alguns alertas no sentido de se evitar a utilização abusiva do espaço pública, e que, sobre isso, queria dizer que a Câmara tentou agilizar o processo ao máximo, dando nota que todos os pedidos são verificados por um fiscal da Câmara e que têm de ser autorizados por esta, precisamente para evitar a utilização abusiva dos espaços, o que dificultaria a circulação das pessoas. Referiu que, pelo que tem conhecimento, não foi apresentada nenhuma reclamação a esse respeito, ressaltando que se houver algum caso a Câmara estará, obviamente, disponível para o corrigir, sublinhando que a preocupação foi agilizar o processo, mas que é sempre precisa a autorização da Câmara. -----

Informou, a respeito dos apoios aos bombeiros, que a Câmara apoia as corporações do Concelho em cerca de 300 mil euros por ano, dando nota que esse apoio é um complemento porque a grande parte do financiamento às corporações é feita pelo Estado Central. Realçou ainda que, em 2020, e conforme é do conhecimento público, a Câmara deu ainda mais de 12 mil euros a cada uma das corporações do Concelho, comentando que esse foi o valor considerado razoável e que julga que, até à data, os Bombeiros estão a ter a resposta adequada. -----

Em relação à questão da P. Parques disse que a Câmara não perdoou dívida nenhuma àquela empresa, que apenas prorrogou o prazo de pagamento por 3 meses, ressaltando que a Câmara



adotou procedimento similar para com a pessoa que está a explorar o quiosque localizado no Rossio, porque teve em conta que, durante o período da pandemia, o mesmo não teve receita. - Fez notar que o prazo de pagamento da dívida da P. Parques, em vez de terminar no mês "x", termina no mês "x+3", acrescentando que, apesar da má criação e dos insultos recebidos, a Câmara precisa ter a dignidade para perceber que todos devem ser tratados de forma igual. Disse que quem nunca foi empresário julga, muitas vezes, que a vida dos empresários é fácil, quando não é, reafirmando que ouviu alguns insultos, mas que, infelizmente, a justiça, na política, permite certas afirmações mesmo quando são mentirosas ou insultuosas, não havendo forma de recorrer à justiça para repor o bom nome das pessoas. Realçou que foram ditas frases que, de facto, já não são feito, já são defeito. -----

Relativamente à intervenção feita pelo membro Ângelo Santos, disse que o mesmo também se congratulou com a maioria das medidas tomadas, e que falou, a propósito da P. Parques, que foi a Câmara a dar a benesse àquela empresa, quando deveria ter sido a mesma a utilizar as ferramentas que tinha ao dispor, como qualquer outra entidade, para a obter. Sobre isso realçou que a Câmara, da mesma maneira que não cobrou a renda à pessoa que está a explorar o quiosque no Rossio, porque ele não tinha rendimento, também agiu da forma como agiu para com a P. Parques porque considerou justo fazê-lo, comentando que a Câmara agiu como deve agir com qualquer entidade. Reafirmou que a Câmara não perdoou dívida nenhuma à P. Parques, que apenas concedeu o alargamento do prazo de pagamento por mais 3 meses. -----

Em relação à falta da suspensão do pagamento das rendas da habitação social, referiu já ter explicado essa questão, salientando que o Executivo Permanente não considera justo que, só porque alguém reside numa habitação social, tal é motivo para que deixe de pagar a renda. Fez notar que muitos dos que vivem numa habitação social não tiveram diminuição de rendimentos, que quem é beneficiário do rendimento social ou de uma pensão não teve diminuição de rendimentos, pelo que seria injusto se essa pessoa deixasse de pagar a renda face àquele que é profissional liberal, da classe média ou média-baixa, que até perdeu o emprego ou o seu negócio, e que teria de continuar a pagar a renda porque não vive numa habitação social. Disse considerar que a Câmara agiu justamente, ressaltando que caso isentasse o pagamento da renda a alguém que não perdeu rendimento, só porque vive numa habitação social, estaria a potenciar um aumento do rendimento dessa pessoa, quando esta não precisa desse aumento. -----



Sobre as sete medidas apresentadas pelo Bloco de Esquerda na última sessão desta Assembleia, disse já não se recordar quais foram. -----

Relativamente à crítica feita pelo Bloco de Esquerda de que a Câmara nada faz quanto à Cultura, disse achar incrível tal afirmação. A esse respeito disse que, apesar de não ter participado na discussão das recomendações apresentadas no Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão, constatou que, na recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda a propósito dos apoios ao setor cultural, se recomendava que a Câmara Municipal devia garantir o reagendamento da programação. Disse, nesse âmbito, que a autarquia garantiu desde o início da pandemia, nomeadamente desde o dia 22 de março, o reagendamento de todos os espetáculos de programação sob a tutela da Câmara, nomeadamente o Festival Imaginarius, os eventos agendados para a Biblioteca, para o Cineteatro António Lamoso e para os Museus, fazendo notar que, salvo por indisponibilidade dos artistas, todos os espetáculos foram e são reagendados. -----

Referiu que, nessa mesma recomendação, o Bloco de Esquerda diz que o Executivo deve ter em conta que, para além das criações contratualizadas, a Viagem Medieval e o Perlim conta todos os anos com artistas independentes, mas que não estão incluídos nesses contratos, contudo, dada a assiduidade e importância desses agentes, é necessária a criação de um mecanismo que proteja a sua subsistência. Disse, em relação a essa questão, que a proteção social de todos os portugueses é da competência do Estado Social, acrescentando que, contudo, todos os artistas independentes, como qualquer munícipe, incluindo os que não se enquadram nos apoios sociais do Estado, podem recorrer à rede social do Concelho de Santa Maria da Feira para serem apoiados através de fundos de emergência, nomeadamente na alimentação, no pagamento da renda, na saúde, entre outros apoios. -----

Realçou que outro ponto mencionado na recomendação é que a autarquia deve proceder à abertura do Programa de Apoio a Projetos Culturais a artistas individuais e o aumento da sua dotação orçamental, garantindo uma maior resposta aos agentes culturais. Quanto a essa questão, o Sr. Presidente da Câmara deu nota da abertura da medida de apoio à criação, a Medida 1, com 50 mil euros, do novo Programa de Apoio à Cultura, destacando que essa medida foi excepcionalmente antecipada, cumulativamente ao Programa de Apoio a Projetos Culturais referente ao ano de 2020. Informou que se encontra aberto o período para a apresentação das candidaturas até ao dia 1 de julho, dando ainda nota que o Programa de



Apoio à Cultura para 2020 foi já atribuído e que, dos mais de 144.986 €, foram pagos 86.991 €, a 18 de maio de 2020, por antecipação.-----

Disse, em relação à pandemia de Covid-19, que foi antecipada a abertura da Medida 2, com 45 mil euros, e a Medida 3, com mais 55 mil euros, além de que foi lançado o projeto Cultur#ACT, com 50 mil euros, destinado exclusivamente a artistas independentes, pelo que o total de apoios, em 2020, é de 344 mil euros.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse querer dar nota, em relação à alegada falta de apoios sociais, que, só na área da Educação, os apoios sociais dados pela autarquia atingiram, em 2019, quase 3 milhões de euros, e que, em 2020, já ultrapassa 1 milhão de euros, repetindo que apenas se estava a referir à área da Educação, que não estava a incluir os apoios concedidos nas restantes áreas, como a habitação, a alimentação, o apoio aos idosos, e outras.-----

-----  
Interveio novamente o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que disse querer voltar a referir que uma coisa é a entidade recorrer aos serviços instituídos e aos apoios estatais para conseguir a prorrogação do prazo do pagamento da dívida, e outra coisa é a entidade que vai receber o dinheiro propor esse mesmo adiamento. Disse ser um sinal que o Feirense não entende. -----

-----  
Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que começou por dizer, a respeito do proferido pelo membro José Manuel Leão de que alguns partidos o que querem é infernizar a vida da P. Parques, que é curioso que a Câmara não se preocupa quando essa empresa continua a infernizar a vida dos feirenses, ao longo de tantos anos, com uma dívida que ascende ao montante que é público. -----

Em relação à questão da Cultura disse que, respondendo ao Sr. Presidente da Câmara, aquilo que existe é uma retoma de alguma atividade, realçando que, nomeadamente no que refere ao projeto Cultur#ACT, o que está a ser feito são contratualizações com artistas, os quais têm de se candidatar utilizando, curiosamente, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara mencionou. ----

Salientou que isso não são apoios, dizendo que os artistas vão ter de despender, novamente, uma série de recursos que não têm, ou que perderam durante o pico pandémico em Portugal, pelo que, neste momento, existe uma série de projetos que já não conseguem trabalhar em Santa Maria da Feira porque aquilo que existe são apenas os mecanismos que já existiam



antes, e não apoios extraordinários. Reafirmou que aquilo que existe no Concelho são apenas os apoios que a Câmara já tinha, acrescentando que, como se tem notado, tais apoios não têm resultado muito bem porque se continua a assistir a artistas a radicarem-se noutros concelhos porque não conseguem operar em Santa Maria da Feira. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Pedro Alves disse querer frisar que o projeto Cultur#ACT não é um apoio, que é apenas a contratualização de um serviço, pelo que ser mencionado como apoio é apenas falacioso. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que nada move o grupo municipal do PS contra qualquer empresa, bem pelo contrário, comentando que as empresas do Concelho devem ser apoiadas e que a Câmara deve apoiá-las sempre que possível, mas que é importante que as apoie da mesma forma, dando a todas os mesmos benefícios. -----

Referiu que este salvamento da P. Parques vem na sequência de uma trágico-comédia relacionada com os pagamentos, comentando que, quando se descobriu o incumprimento por parte da empresa, no 1.º trimestre, até foram pagos valores em dinheiro que são proibidos por lei, por ser branqueamento de capitais, ressaltando que houve lugar a recebimentos de qualquer forma e feitio e que essa situação também foi abordada nas reuniões da Câmara. Realçou que, a páginas tantas, se descobriu que a empresa estava outra vez em incumprimento e que, aí, o confinamento até veio acalmar as coisas, reafirmando que foram feitos uns pagamentos que são uma trágico-comédia, que nem quer relatá-los porque até lhe assusta que a Câmara aceite uma coisa dessas, para salvar outra vez aquela empresa. -----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* disse que as moratórias que têm sido dadas, nível nacional, têm sido dadas a pessoas cumpridoras, que não conhece nenhuma que, a nível nacional, tenha sido atribuída a incumpridores, mas que tal acontece em Santa Maria da Feira, comentando que esta será a exceção que confirma a regra. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que a demagogia não tem limites, realçando que o uso de determinados insultos começa a ser bastante habitual no Bloco de Esquerda, principalmente, dizendo que isso é de lamentar e que é pena que a política permita tal situação sem que as pessoas sejam penalizadas e tenham de responder criminalmente pelos insultos que proferem. -----



Disse considerar que não vale tudo na política, que as pessoas têm de ser corretas em todas as análises, acrescentando que não se pode perseguir empresas só porque elas têm um débito, e muito mais quando foi acordada a forma do pagamento desse débito, que está a ser cumprida, apenas com esta moratória de 3 meses. -----

Referiu que a Câmara resolveu muitíssimo bem o problema da P. Parques porque, conforme já disse, já conseguiu diminuir a dívida em mais de 200 mil euros, realçando que essa é que é a realidade e que não se deve estar a martirizar uma empresa só porque dá jeito politicamente. Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse que, do Bloco de Esquerda, já não estranha essa demagogia, mas que estranha que o CDS-PP, por exemplo, também embarque nessa demagogia. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que ficou surpreendido com o proferido pelo membro Sérgio Cirino porque o tem em muito melhor conta, realçando que a Câmara não recebeu qualquer dinheiro vivo da P. Parques e que, quem ouviu o membro Sérgio Cirino, pode ter ficado a pensar que a Câmara recebeu algum saco de notas, quando isso é mentira. -----

Deu ainda nota que o contrato com a P. Parques tem cerca de 10 ou 11 anos e que ele só está a presidir a autarquia desde o final de 2013, ressaltando que não teve qualquer participação em todo o processo e que queria deixar isso bem claro porque, por vezes, tais insinuações rasteiras e mentirosas, sendo muitas vezes repetidas, fazem caminho. Referiu que seria muito cómodo para a Câmara deixar a empresa ir à falência e perder toda a dívida, porque a empresa não tem outros bens que não seja esta concessão, salientando que o certo é que, no caso de uma futura falência da empresa, a Câmara perderia toda a verba que negociou e alguém ainda lhe podia pedir a verba que a P. Parques tinha adiantado. Destacou que o único interesse do Presidente da Câmara é defender o interesse público, recuperando as verbas da P. Parques conforme ficou na transação em tribunal, frisando que queria deixar esse aspeto bem claro. ----

Disse também ter ficado extraordinariamente surpreendido ao saber que, afinal, o Bloco de Esquerda não quer que o Concelho tenha Cultura, que o que quer é que a Câmara pague aos artistas para eles não fazerem nada. Referiu ter ficado absolutamente surpreendido com isso porque considera que nem os artistas querem essa situação, que o que querem é trabalho porque ficaram apreensivos com a diminuição dos seus contratos, frisando que o que a



*Handwritten marks and signatures*

Câmara quer é dar trabalho aos artistas porque é precisamente isso o que eles querem. Salientou que, caso a Câmara fosse na conversa do Bloco de Esquerda e desse dinheiro aos artistas e não lhes desse trabalho, isso significava que, a seguir, no caso de uma inspeção, o Sr. Presidente da Câmara seria mandado para tribunal por estar a pagar alguma coisa que não é da sua competência, sem ter uma contrapartida. Disse querer deixar claro que a Câmara está a conseguir trabalho para as empresas culturais. -----

Referiu que outra mentira se prende com a afirmação de que os artistas estão a sair de Santa Maria da Feira, salientando, nesse âmbito, que o Concelho tem cerca de 280 agentes culturais e que tal número se mantém constante há uns poucos de anos, salvo as exportações de artistas que acontecem, destacando que o Concelho já exportou artistas para algumas das grandes companhias mundiais e que esses artistas dizem, muitas vezes, que Santa Maria da Feira é a sua pérola, o seu berço.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que o Concelho mantém muito estável o seu conjunto de artistas, pelo que tal afirmação é falaciosa, acrescentando que todos os participantes nesta sessão já terão ouvido dizer que Santa Maria da Feira é Cultura. ---

O membro *Sérgio Cirino* (PS) pediu a palavra invocando que havia sido visado como tendo faltado à verdade, o que lhe foi concedido. Disse querer dar um esclarecimento porque podia ter sido mal-entendido, clarificando que, na sua intervenção anterior, não quis dizer que alguém na Câmara recebeu em dinheiro, que aquilo que quis dizer foi que a empresa pagou, na tesouraria da Câmara, verbas em dinheiro que a lei não permite. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a Câmara não recebeu nenhum valor em dinheiro, ao que o membro *Sérgio Cirino* replicou dizendo que, se não recebeu, fica mais descansado.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia explicou que, para além da tomada de conhecimento das matérias em causa, a Assembleia tinha de deliberar sobre uma das partes relacionada com o assunto da P. Parques, submetendo esse assunto, de seguida, a votação.-----

- *Regime excepcional e temporário de ocupação de espaço público com esplanadas / Isenção*





*do pagamento de taxas pela ocupação de espaço público/Ratificação de despacho* -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 1 de junho de 2020, no âmbito da matéria em referência. -----

*- Medidas de Apoio Económicas/Sociais* -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de abril de 2020, no âmbito da matéria em referência. -----

*- P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A.* -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de abril de 2020, em que esta deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 20 de março, no âmbito da matéria em referência. -----

A Assembleia Municipal, ainda no âmbito do mesmo assunto, deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 33, PS: 1 – Rui Alves Rios), 16 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 2 abstenções (PS – Valdemar Silva e Francisco Andrade), ratificar a deliberação camarária de 20 de abril de 2020 de suspensão do acordo de pagamento celebrado no âmbito do proc. 563/15.6BEAVR do TAF de Aveiro, retomando o acordo o seu cumprimento após a P. Parques reiniciar a cobrança de receitas de estacionamento. -----

O membro Filipe Moreira (CDU) solicitou que fosse considerada como declaração de voto a sua intervenção. -----

#### **4 – Apoio financeiro para a manutenção de pavilhões gimnodesportivos** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, em certa medida, a CDU compreende o apoio e até o votaria a favor, mas que, após uma reflexão, entende que, com tal apoio, há um certo delegar de competências da parte da Câmara Municipal para cima dos clubes, nomeadamente no respeitante à manutenção dos equipamentos gimnodesportivos, acrescentando que considera ainda que a Câmara terá outra capacidade para fazer este tipo de manutenção e de gestão do que a maioria dos clubes. -----



Disse também querer fazer um pedido de esclarecimento porque, pelo que entendeu, há um clube, nomeadamente a Associação Academia José Moreira, que realiza as suas funções num pavilhão que é privado, que pertence ao Centro Social Luso Venezuelano.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira reafirmou que, compreendendo o apoio, considera haver uma certa delegação de competências da Câmara Municipal para cima dos clubes, e, no caso da Associação Academia José Moreira, entende não ser muito justo que receba o apoio quando que tem a sua atividade num pavilhão que nem sequer é do domínio público, pelo que se iria abster neste ponto.-----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que referiu que o CDS-PP compreende este apoio e a sensibilidade da Câmara perante as dificuldades que atravessam as entidades desportivas em questão, dizendo esperar que a Câmara esteja disponível para colaborar com outros clubes ou entidades que têm tais equipamentos a seu cargo e que venham a fundamentar a necessidade de apoio. Referiu que tais entidades conhecem melhor do que ninguém as carências e necessidades que têm e, por vezes, podem conseguir resolvê-las com mais facilidade e até com menos custos do que se fosse o próprio Município a fazê-lo, ressaltando que, por essa razão, iria votar favoravelmente esta matéria. -----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse que a Câmara, apoiando na manutenção das instalações dos clubes, está a permitir aos mesmos que possam fazer muito mais no seu objeto social, que é o de promover o desporto no Concelho de Santa Maria da Feira, pelo que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente este ponto. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse, em relação ao proferido pelo membro Filipe Moreira, que não se trata de uma delegação de competências porque os clubes são proprietários dos pavilhões, dando-lhes a Câmara um apoio. Referiu que, quanto aos clubes que usam pavilhões municipais para praticarem a sua atividade, obviamente que a Câmara não lhes concede um apoio para a manutenção dos pavilhões, ressaltando que, quando lhes dá um apoio, é para os ajudar nas despesas. -----

-----  
Relativamente à Associação Academia José Moreira esclareceu que a mesma paga uma renda ao Centro Social Luso Venezuelana para utilizar o pavilhão, e a Câmara entendeu dar o apoio



para ajudar no pagamento da renda, comentando que a renda até é muito superior ao apoio que será dado.-----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) deu nota que havia interpretado mal o documento e que, perante a explicação dada, iria votar favoravelmente o assunto.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o apoio financeiro de 6.000,00 € a conceder à União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

#### 5 – Programa Movimento e Bem-Estar -----

##### - Transferência de verbas para as Juntas de Freguesias 2019-2020 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 20 de abril de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida o quadro a que a mesma se refere – documento que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia que, seguidamente, se identificam:-----

- Junta de Freguesia de Arrifana – 880,00 €;-----

- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – 880,00 €;-----

- União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – 880,00 €;-----

- Junta de Freguesia de Lourosa – 4.047,20 €;-----



*[Handwritten signature]*

- Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Paços de Brandão – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Rio Meão – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Romariz – 1.082,40 €; -----
- Junta de Freguesia de Sanguedo – 880,00 €; -----
- Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas – 880,00 €; -----
- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – 880,00 €; -----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – 3.044,80 €. ----

**6 – Transferência de competências: Municípios e Freguesias**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), autorizar a celebração do acordo de transferência de competências entre o Município e as Juntas de Freguesia, nos termos da minuta do acordo e auto de transferência de recursos e o(s) mapa (s) anexo(s) discriminativo(s) que o(s) integra(m), a que se refere a deliberação camarária supramencionada. -----

**7 – Contrato de delegação de competências – Juntas de Freguesia**-----

**- Aditamento**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a



esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33,  
PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), autorizar o aditamento ao contrato de delegação  
de competências a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, nos termos da  
deliberação camarária suprarreferida. -----

**8 – Postura de trânsito da freguesia de Arrifana -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a  
palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação  
camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia  
Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a  
esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33,  
PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização  
Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Arrifana, nos termos da  
deliberação camarária suprarreferida. -----

**9 – Postura de trânsito da freguesia de Escapães -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a  
palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação  
camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia  
Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a  
esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33,  
PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização  
Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Escapães, nos termos da  
deliberação camarária suprarreferida. -----



**10 – Postura de trânsito da freguesia de Espargo** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Espargo, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**11 – Postura de trânsito da freguesia de Fornos** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Fornos, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**12 – Postura de trânsito da freguesia de Milheirós de Poiares** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----



Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Milheirós de Poiares, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**13 – Postura de trânsito da freguesia de Pigeiros**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Pigeiros, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

**14 – Postura de trânsito da freguesia de Romariz**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Romariz, nos termos da



deliberação camarária suprarreferida. -----  
-----

**15 – Postura de trânsito da freguesia de Sanfins**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Sanfins, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**16 – Postura de trânsito da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**17 – Postura de trânsito da freguesia de Travanca**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação





camarária de 1 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta de Plano de Sinalização Vertical e de Orientação/Postura de Trânsito da freguesia de Travanca, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

**18 – Alteração à postura de trânsito da zona histórica de Santa Maria da Feira-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação técnica e respetivo anexo (peça desenhada n.º 1) a que a mesma se refere – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que disse se congratular por a Câmara ter decidido alterar a postura de trânsito da zona histórica de Santa Maria da Feira, salientando que, por vezes, a situação tornava-se extremamente perigosa para quem frequentava as esplanadas existentes nas ruas em questão, designadamente quando os carros circulam pelas mesmas. Referiu que, felizmente, não ocorreu nenhum acidente grave nos últimos tempos, reafirmando que se congratula por a Câmara ter decidido intervir naquela situação.-----

O membro *Henrique Portela* (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“O Partido Socialista felicita a Câmara Municipal pela iniciativa da alteração da postura de trânsito da zona histórica da cidade da Feira. O Partido Socialista tem vindo, ao longo dos tempos, a chamar a atenção para vários atropelos à sinalética atual, nomeadamente nas cargas



e descargas, passagem e estacionamento de motas e automóveis, nomeadamente em frente ao edifício da Câmara Municipal, como todos nós sabemos, nunca existindo um controlo efetivo, deixando uma zona completamente desprotegida para todos os que por ali caminham, onde muitas vezes estes têm de se arrumar para que estes veículos passem, numa zona que queremos que seja preferencialmente pedonal. -----

Esta medida que, e bem, foi articulada com os moradores e comerciantes da zona histórica, onde esta ação pode ser um exemplo para que a Câmara Municipal tenha um real diálogo com a população feirense. -----

Esta alteração da postura de trânsito garante a que os comerciantes disponham mais livremente as suas esplanadas, não estando sempre preocupados com a segurança dos seus clientes, criando também uma zona aprazível para as pessoas que estão a usufruir desses serviços. -----

Mas o Partido Socialista entende que esta medida poderia ter um regime mais rigoroso, e realçado agora pelo Presidente da Câmara, como podemos verificar em zonas históricas de outros municípios, com a colocação de um sistema automático de barreiras, onde só os moradores e comerciantes têm acesso e onde os serviços de cargas e descargas só teriam acesso nas horas estipuladas para o efeito. -----

Pelo facto de ser uma medida importante, os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal votarão favoravelmente esta medida.” – Fim de citação. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a alteração à postura de trânsito da zona histórica de Santa Maria da Feira, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

**19 – Retificação à Adenda ao contrato Interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia



Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a minuta de retificação à adenda ao contrato em referência – documento que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1) e 1 abstenção (CDU), autorizar a celebração da retificação à adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município, e respetiva autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual – nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – para os seguintes anos:-----

Ano 2021 – 481.260,00 €;-----

Ano 2022 – 490.885,00 €;-----

Ano 2023 – 500.703,00 €;-----

Ano 2024 – 510.717,00 €;-----

Ano 2025 – 520.930,00 €;-----

Ano 2026 – 533.682,00 €.-----

Saiu o membro *Luis André dos Santos*.-----

## 20 – Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município 2019 -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. *Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O membro *Daniel Gomes* (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----



“Este documento acaba por não ser assim tão diferente quanto isso do documento que já discutimos e votamos na assembleia anterior relativo à gestão do Município. -----  
Já foi feita a apreciação que deveria ser feita a esse relatório anterior, e, como o Presidente Emídio disse ainda há pouco, este documento acaba por ser, de certa forma, uma agregação àquilo que existia no relatório anterior, e juntou-se, basicamente, as contas da Feira Viva, eliminando os duplicados, e chegámos a este novo documento. -----  
A apreciação financeira que existia na altura era razoável, a dívida do Município está controlada, os prazos médios de pagamento são também bons, são assinaláveis, os resultados líquidos do Município são bons e, portanto, quando fazemos a análise a esta Prestação de Contas Consolidadas, na realidade não podemos ter uma perspetiva tão positiva como tínhamos em relação a essas outras Contas anteriores, porque aquela entidade que impacta nestas contas, que é a Feira Viva, não tem uma situação tão boa como nós gostaríamos e como desejaríamos que tivesse, não obstante de prestar um serviço importante à população. -----  
Eu gostaria de dizer que, relativamente a este documento em concreto, faço uma crítica que já fiz em relação ao documento anterior e a todos os outros anteriores, que é, normalmente, o saco de pancada da crítica da Oposição, também do Partido Socialista, a este tipo de documentos. Prende-se com o fraco grau de execução dos planos plurianuais de investimento, ou das despesas de capital. -----  
E, na realidade, há situações em que as obras poderiam ter um bom motivo para não serem executadas, e há outras situações em que não. Eu acho que caberia ao Executivo Permanente em funções explicar porque é que as obras são feitas ou não são feitas. Porque, lá está, se há situações em que elas não são feitas porque, por exemplo, o concurso foi impugnado, porque o concurso ficou vazio, porque existe contestação, enfim, seja por que motivo for, há situações desse género em que o ajuizamento político segue de uma determinada maneira, enquanto que se fosse de outra maneira, o ajuizamento político seria outro. -----  
E esta é uma crítica que eu faço, até por salvaguarda do Executivo Permanente, porque há situações em que as obras não são executadas até porque o prazo de execução é longo e, portanto, não podia ser feito de outra maneira. Acho que isso é algo que melhoraria a qualidade do documento e que não está a ser feito ainda. -----  
Por outro lado, há outra crítica que eu faço a este documento, o documento de Prestação de Contas, tanto este, o Consolidado, como o anterior, não faz um retrato socioeconómico do



Município. Nós não sabemos quantas empresas temos e quantas empresas novas entraram no Município, não sabemos qual é o número de trabalhadores que temos e qual é que foi o número de crescimento de trabalhadores que tivemos. Portanto, há um conjunto de indicadores que são importantes para, também, percebemos como é que está o estado global do nosso Município, e esta informação não está presente e acho que poderia servir como uma espécie de radar socioeconómico, muito relevante para os membros da Assembleia Municipal poderem deliberar sobre isso. -----

Para além disto, julgo que também é importante percebermos que o Município de Santa Maria da Feira não é um município qualquer, não só pela sua importância demográfica como, também, pela sua importância económica. E, como tal, nós começamos a entrar numa fase da nossa vida política local em que se começa a exigir, por parte do Executivo Permanente em funções, a realização de muito mais e melhor, porque nós, para ficarmos exatamente equiparáveis a outros municípios de grande monta, como Vila Nova de Gaia, como o Porto, como Oeiras, como Lisboa, temos de fazer e ter práticas políticas, de realização de eventos, de despesas no território, que sejam um marco, que sejam um exemplo e que nos coloquem nas bocas do mundo, um pouco à semelhança daquilo que acontece com os eventos culturais. -----

E acho que isso fica a faltar no nosso território, o que é uma pena. -----

E, portanto, de certa forma, o que eu pedia ao Sr. Presidente, uma vez que estes documentos o que acabam por plasmar é que podemos ir abatendo a dívida municipal como estamos a fazer, a 2/3 milhões de euros ao ano, tudo muito bem, mas, ainda assim, o saldo de gerência seguinte também ele está a engrossar continuamente. E acho que estava mais do que na hora de dar um apoio um bocadinho mais reforçado às juntas de freguesia, porque os presidentes de junta estão constantemente a tinir, a protestar, sofrem com os fregueses porque não conseguem dar resposta àquilo que são as necessidades que se sente no território, e nós temos os recursos para isso. -----

E, portanto, Sr. Presidente, o que eu gostava mesmo de saber é o que o impede de tornar Santa Maria da Feira um extraordinário exemplo e um marco para a qualidade de vida no nosso Concelho, face a Portugal.” – Fim de citação. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por agradecer a intervenção do membro Daniel Gomes, dizendo que a mesma foi simpática. -----



Referiu que o território de Santa Maria da Feira é bom para se viver e que para comprovar isso basta perguntar a quem vem morar para o Concelho, salientando que, por vezes, não se dá valor ao que se tem, que só quando alguém vai para fora é que se apercebe disso, comentando que ele tem a sensação de que Santa Maria da Feira é o melhor sítio do mundo para se viver. -- Relativamente à questão da empresa municipal Feira Viva não ter uma situação tão boa como devia, disse que tal não é verdade, realçando que a Feira Viva é uma empresa que rem receitas próprias superiores a 60%, mas que, com a paralisação total da sua atividade devido à pandemia, obviamente que entrou numa situação de dificuldades. -----

Disse que a Feira Viva tem tido bons resultados e que, apesar da mesma ter tido resultado negativo em 2019, tal só aconteceu, em 20 anos, por duas vezes, lembrando também que, nas edições de 2019 da Viagem Medieval e do Perlim, ocorreram alguns dias de chuva, o que trouxe prejuízos. Salientou que, muitas vezes, acontece que um evento compensa os prejuízos de outros, mas que, de facto, 2019 foi um ano com algumas vicissitudes, o que levou a tal situação. -----

Informou que para além disso, e como é do conhecimento geral, a Feira Viva tem uma ação contra o Estado, em que está em causa mais de 600 mil euros, recordando que esse é um processo que tem muitos anos e que se iniciou numa altura em que ainda não era Presidente da autarquia, comentando que o Estado devia ter devolvido dinheiro que não devolveu e que, agora, é preciso esperar para ver o que os tribunais decidem sobre esse diferendo com o Fisco. Sobre a questão da explicação das obras disse que o Município não deixou de fazer nenhuma, e que queria que isso ficasse claro. -----

Salientou que o processo de execução de uma obra tem diferentes etapas e que, às vezes, para quem não está habituado a lidar com tais situações, é difícil compreender a demora, comentando que o Código da Contratação Pública impõe um conjunto de regras que condicionam, muitas vezes, a maior rapidez, pelo que, desde a execução de todos os projetos necessários, os pareceres das entidades externas, a revisão do projeto, o concurso público, pode demorar um a dois anos até ser iniciada a obra no terreno, comentando que um ciclo de 3 ou 4 anos nem sempre dá para fazer a obra que se quer fazer. -----

Disse que neste momento, felizmente, ultrapassadas as fases da execução dos projetos e dos concursos, existe muita obra em curso no Concelho e que qualquer um pode ver isso, reforçando que, até à data, a Câmara não deixou de executar qualquer obra dentro daquelas



que tinha definido como prioritárias.-----

Sobre a questão do apoio às juntas de freguesia, disse que ele próprio também reclama sempre e gostava que o Governo desse mais dinheiro para o orçamento municipal, pelo que é normal que um presidente de Junta também reivindique mais dinheiro para o orçamento da sua freguesia.-----

Referiu que, em 2019, o Município aumentou significativamente as transferências para as juntas de freguesias, realçando que, independentemente das verbas que são transferidas, a maioria da obra executada pela Câmara é feita em articulação com as juntas de freguesia. Disse que um exemplo disso é a reabilitação da rede viária que, desde há 6 ou 7 anos, tem sido uma das grandes apostas do Executivo Permanente, salientando que essa reabilitação é sempre feita em articulação com as juntas de freguesia, em que o presidente da Junta indica à Câmara quais as ruas necessárias pavimentar, de acordo com determinados critérios, para, depois, a Câmara fazer o resto do trabalho.-----

Deu nota que, muitas vezes, as Juntas não têm sequer uma equipa técnica à altura para fazer determinado tipo de obras pelo que, em vez de lhes dar o dinheiro, é preferível que indiquem à Câmara o que é preciso fazer e, depois, a estrutura profissional da Câmara faz o devido trabalho.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse entender que a posição que o Município tem para com as juntas de freguesia é bastante equilibrada, comentando que já trabalhou noutros municípios e que pode dizer que a Câmara, desde há muitos anos, privilegia muito o relacionamento com as juntas de freguesia, que ouve muito as juntas de freguesia, e que diria que raramente acontece uma intervenção numa freguesia sem que o respetivo presidente da Junta seja ouvido previamente.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 32, IND: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDU: 1) e 1 abstenção (CDS-PP), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município do ano de 2019 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----



21 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano --  
O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Sobre este ponto gostaríamos de dizer o seguinte. O Concelho e o País estão a viver o terceiro mês de pandemia, muitas pessoas perderam rendimento, emprego, muitas empresas entraram em lay-off, outras despediram abusivamente, outras mais pequenas não aguentaram a paragem. É um facto, há mais desemprego, menos rendimento, mais dificuldades em muitas famílias.-----

Já na última revisão orçamental o Bloco de Esquerda propôs a mobilização do excedente orçamental, que transitou de 2019 para 2020, para responder a estas situações. Portanto, o Executivo PSD tinha 40 milhões de euros, mas gastou apenas, e vou passar a dar alguns exemplos, 2.131 € com o Cartão Feira Sénior, portanto, apesar de ter dinheiro o apoio aos mais idosos não foi uma prioridade; tinha 40 milhões de euros, mas apenas 11.995 € foram medidas de apoio a estratos mais desfavorecidos, portanto, tinha dinheiro, mas os mais vulneráveis não foram uma prioridade. E, portanto, o Bloco de Esquerda, na altura, apontou que este saldo não era um sinal de boa gestão, era sim prova de que uma Câmara Municipal negou ao Concelho e aos feirenses muitas coisas que eram necessárias. -----

Perante isto, e perante a situação de crise que o País e o Concelho estão a atravessar, o Bloco desafiou a Câmara Municipal a mobilizar esse dinheiro no reforço de respostas e de programas sociais, na anterior sessão da Assembleia Municipal.-----

Para o Bloco não se pode permitir que a crise de saúde pública se transforme, também, numa crise social, e é por isso que se deve agir já. -----

E voltamos a referir algumas medidas que poderiam ser tomadas, nomeadamente a suspensão das rendas na habitação social e o pagamento de água, não só no período durante a pandemia, mas também no período pós-pandemia, às famílias que tenham perdido rendimento. -----

Por exemplo, reforçando de forma significativa os programas sociais de apoio aos mais idosos





e aos estratos mais desfavorecidos.-----  
Criando, por exemplo, novos programas sociais, nomeadamente de emergência. -----  
Garantindo, por exemplo, o alojamento a todas as pessoas que estejam em situação de sem-  
abrigo ou que vivam em habitações sem condições.-----  
Garantindo, também, que não se despede nem dispensa nenhum trabalhador da autarquia, ou  
que trabalhe para o Município, contribuindo assim para manter os rendimentos das famílias. --  
Outro exemplo, fazendo uso pleno das alterações mais recentes à Lei, que já foram feitas ou  
que serão feitas nos próximos dias, nomeadamente as que levantam restrições ao  
endividamento dos municípios e as que pretendem suspender a lei dos compromissos. -----  
E, portanto, quando vimos hoje a Câmara Municipal trazer uma nova proposta de alteração ao  
Orçamento, pensamos que a Câmara iria, finalmente, desenhar políticas sociais para  
responder verdadeiramente à grave crise social que estamos a atravessar, mas, afinal, nada  
disso, e a população continua privada dos 40 milhões de euros que deveriam ser mobilizados  
para apoiar as famílias e pequeno comércio, e não só, e, realmente, vemos que não é desta.” –  
Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que o Sr. Presidente da  
Câmara já explicou aquilo que era o principal receio, não só dos membros do grupo municipal  
do PS, como de um pouco da população da parte norte do Concelho. -----  
Referiu que convém não esquecer que Santa Maria de Lamas e, também, uma parte de  
Lourosa, ficaram impedidos de ter uma zona industrial específica para a cortiça, que era o  
Parque Empresarial da Cortiça, comentando que era o que havia de faltar se, agora, também  
fosse retirado o Eixo das Cortiças, que poderá ser uma forma de desbloquear a possibilidade  
de algumas empresas poderem aceder, com mais facilidade, a alguns eixos rodoviários. -----  
Salientou que, tendo sido explicado que existe um procedimento em curso para, depois, ser  
lançado o respetivo concurso, da parte do grupo municipal do PS a questão está esclarecida.---

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Ana Lamas* (PSD), que leu documento que  
disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: ----  
“Esta alteração é uma resposta da Câmara em três áreas fundamentais: a educação, a cultura e  
a saúde. Três áreas onde, uma vez mais, contrasta a capacidade de fazer da Câmara Municipal



*[Handwritten marks and signature]*

com a propaganda do Estado Central.-----

Esta 2.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano assume-se como necessária, uma vez que aquando da falta de competência e de responsabilidade em temas prementes e urgentes, o Governo falha e as Câmaras Municipais têm de se substituir a este. -----

Sendo este ano, um ano diferente e atípico, em boa verdade de diferente e atípico não vemos nada no atual Governo... em várias matérias, é possível constatar que são especialistas em lançar diversas comunicações sobre medidas, mas a aplicabilidade das mesmas não será bem assim... E nesse sentido verifica-se uma vez mais a substituição da Câmara Municipal ao Governo, uma vez que num significativo esforço para minimizar os impactos negativos no setor da Cultura, fortemente atingido na atual crise pandémica, a Câmara Municipal pretende antecipar as medidas de apoio à Cultura. -----

Importa lembrar que as pessoas precisam de apoio na atualidade, não é daqui a alguns meses ou anos, ou melhor poderão precisar no futuro, mas a verdade é que precisam no presente, pois o Governo tem anunciado uma série de apoios, mas de facto muitas dessas pessoas ainda aguardam por esses apoios. -----

No que concerne à Educação, como se verificou uma vez mais é responsabilidade do Governo modernizar o nosso sistema de ensino, proporcionar aos nossos alunos experiências diferentes e enriquecedoras para o seu desenvolvimento e uma vez mais na ausência deste, a Câmara Municipal criou a oportunidade para os alunos experienciarem situações novas, importantes para o seu desenvolvimento pessoal, académico e profissional, como é o caso da possibilidade dos alunos feirenses dos cursos profissionais terem a oportunidade de se candidatar a um estágio na sua área de estudo em diferentes países da União Europeia. Aliás, durante a pandemia que infelizmente nos assola a todos, verificou-se o esforço da Câmara Municipal em proporcionar computadores e tablets aos alunos do Concelho que não dispunham de equipamentos, para estes terem a oportunidade de assistirem às aulas on-line, de forma a proporcionar igualdade de oportunidades, responsabilidade esta que seria uma vez mais do Estado Central. Já os professores tiveram também de se adaptar às novas tecnologias, tendo a Câmara Municipal criado alguns tutoriais com o apoio de vários professores, para fazer face a esta nova realidade, foram desenvolvidos webinars de Cyber Segurança, responsabilidades estas que seriam uma vez mais do Governo. -----



No que diz respeito ao apoio às USF perspectivadas, como é o caso de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros, de Milheirós de Poiares e de Canedo sendo o investimento avultado, mas premente e necessário, a Câmara Municipal irá contribuir para que as mesmas sejam uma realidade, e sendo uma parte da responsabilidade também do Estado Central, uma vez mais fica aquém das suas responsabilidades, havendo necessidade de se colmatar a ausência do valor remanescente. Esta é uma prioridade, pelo menos para o nosso Município, e como se percebeu em plena crise pandémica o nosso Sistema Nacional de Saúde precisa em larga medida de uma reformulação e reestruturação, mas verifica-se uma vez mais que esta não é uma prioridade para o atual Governo. -----

Constata-se assim que o PS (e o Governo) ainda não “desconfinaram” para as reais necessidades do nosso Concelho (e do nosso País), tendo a Câmara Municipal que se substituir ao Governo por diversas e repetidas vezes e sendo tantas vezes criticada quando se verifica tal como foi exposto a preocupação em matérias como a Saúde, a Educação e a Cultura, temas estes tão importantes para todos os Municípios.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse querer dar alguns esclarecimentos dado que, no seu entendimento, algumas pessoas não entenderam o que é uma revisão orçamental, explicando que, no fundo, estão a ser incluídas rubricas que não constavam do Orçamento inicial. -----

Salientou que, como já referido, uma alteração diz respeito ao programa Erasmus+, para permitir aos jovens do Concelho terem experiências internacionais na sua área de estudo. -----

Fez notar que outra alteração diz respeito à abertura da Medida 2 do Programa de Apoio à Cultura, e que uma terceira é relativa ao futuro apoio às Termas de S. Jorge. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que estava muito curioso em saber qual o sentido de voto do BE sobre esta matéria porque, nesta sessão, o BE apresentou uma recomendação propondo apoios ao setor cultural, daí a sua curiosidade para ver se o BE vai votar contra uma alteração orçamental que prevê, precisamente, a abertura da Medida 2 do Programa de Apoio à Cultura. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 32, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PS: 3 –



Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 13 votos contra (PS: 11, BE: 2), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a seguinte declaração de voto: -----  
“Dizer que o Bloco de Esquerda votou contra a proposta que é aqui trazida, não por não concordar, nomeadamente com o programa de cultura que o Executivo aqui traz, e não tem a ver com a criação de novas rubricas, é só porque consideramos que é uma oportunidade perdida para reforçar rubricas que já existem, de facto, e seria uma oportunidade para reforçar a dotação dessas mesmas rubricas. Portanto, esse é o principal motivo, para além do facto de que nós, obviamente, sendo contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento que está em vigor, obviamente, votamos também contra esta revisão.” -----

*Sairam os membros Jorge Ferreira e Nuno Albergaria.* -----

**22 – Aditamento ao Contrato-Programa 2020 – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. ---**

**23 – Empréstimo Médio/Longo prazo – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, a que se referem as deliberações camarárias de 22 de junho de 2020 – enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal – informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos a votação em separado.-----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida, no respeitante ao ponto n.º 22, a minuta do aditamento ao contrato-programa em referência, instruída com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, S.R.O.C., datado de 5 de junho de 2020 – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU é, por



princípio, contra as empresas municipais, como é o caso da Feira Viva, e daí ser fácil compreender a posição e o sentido de voto da CDU. -----

Referiu não poder deixar de referir alguns pontos, nomeadamente o facto de a empresa municipal estar a pagar com o atraso que é conhecido, salientando que esse atraso já deveria estar corrigido, tal como foi sendo corrigido, ao longo dos anos, o atraso que se verificava na Câmara Municipal. -----

Disse que tem verificado que a empresa municipal usa muito a retórica do mercado, quando se esperava que uma empresa municipal referisse mais a retórica do social, do cultural e do possibilitar o acesso a todos aos serviços que ela oferece. -----

Salientou que a verdade é que, ao longo dos anos, esta empresa municipal tem crescido, comentando que, na perspetiva da CDU, tem crescido em demasia, tendo muitos serviços que estão a competir diretamente não só com o privado, mas também com associações do próprio Município, nomeadamente na oferta desportiva que faz através da marca que criou com o nome HMC. -----

Concluindo a sua intervenção disse que a CDU está manifestamente preocupada de como será a vida, a saúde da Feira Viva no próximo ano, fruto da pandemia que não se sabe quando irá terminar, realçando que, por exemplo, nem sequer se sabe se vai ser possível realizar, neste ano, o Perlim. -----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer, em relação ao aditamento ao Contrato-Programa, que o CDS-PP compreende que o Município tenha de socorrer a Feira Viva e de responder por ela, dada a quebra de execução e o encerramento que se verificou dos equipamentos sob a gestão da Feira Viva, o que provocou um corte na receita da empresa municipal. Salientou que, no fundo, a Feira Viva também presta um serviço que o próprio Município lhe delega, realizando, no território, as atividades que todos conhecem, pelo que, portanto, compreende que o Município tenha de socorrer a Feira Viva. -----

Referiu, em relação à questão do empréstimo, que o mesmo vem na sequência da gestão da Feira Viva e do prazo de pagamento aos seus fornecedores, e que não consegue compreender como é que o Município permitiu que a Feira Viva tenha chegado a este estado, acrescentando que, no fundo, o Município compactua que a empresa municipal possa acumular dívida a fornecedores e faça um empréstimo quando, depois, sabe que não vai ter a necessária

---



execução nem eventos que possam trazer uma mais-valia para responder a esse pagamento. ---  
Concluindo a sua intervenção o membro **Ângelo Santos** disse que a Feira Viva liquida a dívida a fornecedores, mas aumenta na mesma a dívida, dizendo considerar que isso é má gestão e que é uma situação muito complicada de gerir a nível municipal, fazendo sobressair que o CDS-PP não está de acordo que o Município compactue com essa gestão da Feira Viva.

-----

Interveio o membro **Pedro Alves Ferreira** (BE) que disse que cumpre lembrar qual é a posição do BE não só em relação aos pontos em apreço, como também em relação àquilo que é o próprio papel da Feira Viva. -----

Disse que a Câmara continua sem explicar qual é a necessidade de transferir este tipo de competências, que podiam ser executadas pela Câmara Municipal e perante as quais o Sr. Presidente da Câmara, apesar de achar que o Concelho é um grande exemplo no que toca à Cultura, responderia, acrescentando que se a Câmara não transferisse as competências para a Feira Viva tais situações não eram necessárias. -----

Referiu que a Feira Viva é uma empresa que continua a apresentar prejuízos, dizendo ser lamentável que, ano após ano, se continue a assistir a uma falta de transparência, a uma desresponsabilização da autarquia, comentando que, como se comprova, tal tipo de políticas acaba sempre por, inevitavelmente, ser mais cara para os munícipes. -----

Realçou que também custa a entender que, depois de tanto dinheiro que foi gasto na Feira Viva, se tente justificar mais uma injeção de 900 mil euros, ressaltando que isso é algo que causa enorme estranheza até porque, enquanto isso, se continua a ver as estradas do Concelho a envergonhar a população, ou porque são mal pintadas ou porque nem sequer levaram tapete betuminoso. -----

Concluindo a sua intervenção, realçou que a matéria em apreço é mais um caso que demonstra que a gestão da Feira Viva não está a ser bem feita.-----

-----

Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por dizer que o PS já vinha alertando nos últimos 3 anos, no mínimo, para a questão da gestão da Feira Viva e para as opções que estavam a ser tomadas que, no entender do PS, não seriam as mais corretas, comentando que, infelizmente, o tempo veio dar razão ao PS porque, com o abanico que se atravessa com a pandemia, a situação da empresa municipal ficou muito má porque já não estava muito



segura. -----

Disse que, na última sessão da Assembleia Municipal, aquando da apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2019 da Feira Viva, referiu que o aumento extraordinário dos alugueres, o aumento da dívida a fornecedores, o passivo que aumentou mais 360 mil euros, para cerca de 2 milhões de euros, assim como os prejuízos que a Câmara teve, depois, de assumir, não indiciavam nada de bom e indicavam que a empresa não estava, no entender do PS, numa rota de gestão adequada. Salientou ser com alguma tristeza que dizia isto porque gosta de ver as coisas, no seu Concelho, bem geridas e com bons resultados. -----

Disse que, em 2020, o Município teve de cobrir o prejuízo da Feira Viva em 249 mil euros, teve de fazer um contrato-programa de quase 2 milhões de euros e, agora, tem de fazer um aditamento a esse contrato-programa de 848 mil euros, ao que acresce a contração de um empréstimo de 1 milhão e 200 mil euros, frisando que, estando-se ainda no mês de junho, já estão 4 milhões e 200 mil euros gastos na Feira Viva. -----

Referiu que esta situação denota que a empresa não estava bem em termos de contas, assim como em termos de dívidas a fornecedores, que são incompreensíveis, dizendo que mais incompreensível é ter uma política na Câmara e, na Feira Viva, uma outra completamente diversa, como que um país com dois sistemas, apesar de saber que a dívida também tem de ser gerida. -----

Salientou que, apesar de discordar dos números, entende que é preciso arrear caminho na Feira Viva, acrescentando que, apesar de discordar das rendas dos pavilhões, tinha de dar as suas felicitações, embora atrasadas, por a Feira Viva ter entregue os pavilhões que representavam um custo, comentando que, há 3 anos, disse que os serviços da Feira Viva deveriam ir para o Europarque, que ali se haveria de arranjar um cantinho para o efeito. Realçou que foi uma boa medida acabar com essas rendas e com esses custos excessivos, dando nota que a empresa municipal tem algumas virtualidades de gestão, mas que é preciso ser bem gerida, ter uma gestão mais rigorosa do que a que está a ter. Disse esperar que esteja a ser feito um “front-load” para limpar a Feira Viva, mas que receia que, até ao final do ano, a empresa municipal vá precisar de mais dinheiro, acrescentando que concorda que seja feito o pagamento a todos os fornecedores porque isso incentiva a economia local e faz a economia girar. -----

O membro Sérgio Cirino prosseguiu a sua intervenção dizendo que está em causa quase um



plano de resgate da Feira Viva, porque para ela está a ser canalizado um volume de capitais que nunca houve na história, comentando que se a situação da empresa estivesse melhor teria aguentado melhor a pandemia que se vive e, se calhar, teria prestado um melhor serviço à população.-----

Disse considerar excessiva a verba canalizada para a Feira Viva, salientando que a mesma devia ter tido, nos anos antecedentes, uma gestão mais controlada, comentando que, se calhar, se terá gasto na Feira Viva o que não se gastou na Câmara por causa das contas tão controladas desta, mas que essa não é uma boa política.-----

Deu nota que o apoio em apreço à Feira Viva é o reconhecer de que a estratégia, em termos da gestão da Feira Viva e dos ativos que tem ao seu encargo, estaria errada, realçando que, há 6 anos, a estratégia passava por reduzir a contribuição municipal, mantendo as atividades ou até as aumentando, mas que começou a subir, tendo a Feira Viva começado a dar prejuízo e, agora, com o abanico causado pela pandemia, a mesma dá um enorme prejuízo que terá de ser coberto pela Câmara. Reforçou que tal situação resulta de uma má gestão e que espera que a mesma sirva de lição para o futuro, para que sejam implementadas medidas para a empresa funcionar bem e para ter um capital adequado, para que possa prestar os serviços onde é realmente melhor, comentando que a Feira Viva terá de deixar de prestar os serviços em que não é tão eficiente.-----

Referiu que o mal da Feira Viva já vinha de trás, que não se originou com o Covid-19, fazendo notar que o ano de 2019 foi um ano de crescimento económico, que nada tem a ver com aquilo que será o ano de 2020, mas que, apesar disso, os resultados de 2019 da empresa municipal foram, no seu entender, desastrosos, pelo que tem de se arrepiar caminho.-----

Salientou que, portanto, o grupo municipal do PS não pode concordar com esta avassaladora quantia de dinheiro que vai ter de ser empregue na Feira Viva, mas que tem a esperança que seja para melhorar e seja para tornar a empresa mais eficiente, reafirmando que, contudo, face à situação, será preciso ainda mais dinheiro.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que, quando as coisas são bem geridas, se consegue aguentar melhor e com mais resiliência os impactos para, depois, tornar as dificuldades, reafirmando que a situação da Feira Viva é a prova provada de que a mesma não estava no bom caminho, tal como o PS alertou várias vezes, reforçando que espera que tenha servido de lição e que se arrepie caminho no sentido de tornar a gestão da Feira Viva





melhor e mais rigorosa. -----

Interveio o membro **Rui Ribeiro** (PSD) que começou por dizer que continua a ver o PS a não acertar o passo no discurso, comentando que quem ouviu a intervenção da Vereadora Lia Ferreira, quer na reunião de Câmara quer na comunicação social, e ouviu a intervenção do membro Sérgio Cirino nesta Assembleia, que foi muito mais coerente e de alguém que conhece a Feira Viva muito melhor do que outros elementos do PS, não diz que são elementos do mesmo partido político. Referiu que os discursos são completamente diferentes, dando nota que, na reunião da Câmara, houve uma mistura de conceitos e que, depois, aconteceu o descalabro nas diversas intervenções feitas na comunicação social, desde logo porque não se percebeu aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, não se percebeu o que é rotação de dívida e o que é a atividade normal de uma empresa. Disse que a Vereadora Lia Ferreira se mostrou muito alarmada ao referir que, no início da pandemia, havia dívidas de dezembro, comentando, sobre isso, que a pandemia começou em março e que dívidas com 90 dias não são, de todo, alarmantes. -----

Realçou que a Vereadora Lia Ferreira começou, desde logo, a dizer que a Feira Viva é o tóxico da Câmara, que é aquilo que vem dando um aspeto negativo à Câmara, ressaltando, acerca dessa afirmação, que a Feira Viva é, se assim se quiser chamar, um mal necessário porque é o instrumento que, neste momento, tem levado o nome e a atividade de Santa Maria da Feira mais longe. -----

Deu nota que a Vereadora Lia Ferreira vem dizendo, à boa maneira daquilo que o PS tem habituado a nível nacional, que a Feira Viva deveria ser esvaziada de algumas responsabilidades e que se devia criar uma outra empresa municipal para gerir certos equipamentos. Sobre isso, o membro Rui Ribeiro disse que se, por um lado, o PS critica a existência da Feira Viva, por outro, já queria a criação de uma outra empresa municipal, o que não se percebe, acrescentando que quando se apelida os dois grandes eventos âncora do Concelho, a Viagem Medieval e o Imaginarius, de pequenas festas recreativas, isso é de lamentar. Realçou que, conforme se ouviu o membro Daniel Gomes dizer nesta sessão, Santa Maria da Feira não é um concelho qualquer, fazendo notar que a atividade cultural de Santa Maria da Feira também não é uma atividade qualquer, tendo dois grandes eventos de referência que dignificam, de grande maneira, o Concelho de Santa Maria da Feira. -----



O membro Rui Ribeiro prosseguiu a sua intervenção dizendo que, por outro lado, ouviu o membro Ângelo Santos dizer que não concordava que o empréstimo que a Feira Viva vai contrair seja para pagar a fornecedores. Sobre isso salientou que o mote e a postura do Executivo do PSD é, realmente, honrar os compromissos assumidos, frisando ser para isso que o empréstimo é feito, para honrar os compromissos, de forma a que a administração da Feira Viva possa, no futuro, ter uma gestão muito mais restrita e muito mais apertada para, de uma forma rápida, chegar aos prazos de pagamentos que o Executivo Permanente conseguiu que a Câmara Municipal esteja a praticar. -----

Disse concordar que a Feira Viva tem de fazer um esforço adicional nesse sentido, apesar de ter a consciência de que o ano 2020 está a ser ímpar devido à pandemia e que a situação se vai prolongar, pelo que não afetará somente o ano 2020, dizendo esperar que, no futuro, outra situação semelhante não se repita. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Pedro Alves disse ser de lamentar que o Bloco de Esquerda ainda não tenha compreendido qual o papel da Feira Viva, mas que já está habituado a tal desconhecimento e ignorância do Concelho por parte do Bloco de Esquerda. Sobre a relação dada entre a importância que a Câmara dá à Feira Viva e as estradas por pavimentar, disse que são duas matérias que em nada estão ligadas, acrescentando que quem diz que as estradas estão por pavimentar no Concelho é quem, garantidamente, anda por todo o lugar menos por Santa Maria da Feira. -----

O membro Rui Ribeiro disse que, obviamente, o grupo municipal do PSD apoia a posição do Executivo Permanente, salientando que, para ele, não entende que seja um plano de resgate da Feira Viva, como disse o membro Sérgio Cirino, mas antes um plano de recurso tendo em conta uma situação atípica que aconteceu, à qual a Câmara, atenta, tem de intervir porque isso é do interesse municipal. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro disse que gostava que os vereadores do Partido Socialista, principalmente a Vereadora Lia Ferreira, viessem dizer em que setor é que pretendem que os cortes sejam feitos para libertar as verbas necessárias para prestar os serviços que pretendem, para disponibilizar cultura, educação e atividade desportiva aos feirenses, questionando se querem que se acabe com o Imaginarius, se querem que se acabe com a Viagem Medieval, qual a piscina municipal que querem encerrar, frisando ser isso que queria que o Partido Socialista, taxativamente, viesse dizer. -----



De seguida, usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, *Vitor Marques*, para dar os devidos esclarecimentos, o qual começou por dizer que o aditamento ao contrato-programa e o empréstimo em apreço apenas se devem ao problema da pandemia de Covid-19, salientando que a Feira Viva tem um papel preponderante na alavancagem quer dos eventos, quer da administração de equipamentos que prestam um excelente serviço público, nomeadamente a gestão de três piscinas municipais, do pavilhão municipal, Pavilhão da Lavandeira, do Zoo de Lourosa, recordando que tais equipamentos estão, desde março, encerrados, sem qualquer tipo de receita. -----

Frisou que a Feira Viva tem, também, um papel preponderante na alavancagem da economia local. -----

Referiu que o problema da Feira Viva não é, efetivamente, um problema de agora, que é um problema que já vem de há longo tempo, salientando que o membro Sérgio Cirino está por dentro deste assunto porque sabe perfeitamente que, já na altura em que foi administrador da Feira Viva, a empresa municipal já tinha um passivo de cerca de 1 milhão de euros. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*22 – Aditamento ao Contrato-Programa 2020 – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 30, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDU: 1) e 2 abstenções (PS – Valdemar Silva e Francisco Andrade), aprovar o aditamento ao Contrato-Programa 2020 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

*23 – Empréstimo Médio/Longo prazo – Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD), 15 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 4 abstenções (PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade, IND: 1), autorizar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida, a contração, por parte da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., de um empréstimo de médio/longo prazo, pelo prazo de 6 anos, no valor de 1.200.000,00 €, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., nas condições propostas por esta instituição. -----



O membro *Sérgio Cirino* (PS), fez a seguinte declaração de voto:-----

“A declaração de voto será sobre os dois pontos, que estão a ser discutidos em conjunto. Nós votamos contra porque os problemas da Feira Viva já vinham de trás, não foram decorrentes diretamente da pandemia. A Feira Viva tinha algum passivo, como foi referido, 1 milhão de euros de passivo, onde 600 mil era uma questão fiscal, fechou 2019 com 2 milhões de passivo, ou seja, é o dobro. Por isso, o problema da Feira Viva foi a gestão que foi, de alguma forma, aligeirada, para não lhe chamar outra coisa, mas votamos contra porque o Conselho de Administração já antecipadamente devia ter tomado as medidas necessárias para fortalecer a empresa municipal e dotá-la dos meios e da gestão correta para evitar este resgate financeiro que agora teve de fazer, com esta pandemia. Mas os problemas já vinham de trás.”-----

O membro *Ángelo Santos* (CDS-PP), fez a seguinte declaração de voto:-----

“Nós votamos contra o ponto 23 porque achamos que o Presidente Emídio, como Presidente do Conselho de Administração da Feira Viva, é o principal responsável pela gestão danosa que tem sido feita e que nos levou a este estado.-----

O ponto 22 votamos a favor porque são compromissos e delegações assumidas pela empresa municipal, e como estamos em estado de pandemia e essas receitas e esses eventos não vão ser concretizados, esses compromissos são assumidos pelo Município. Acho muito bem.”-----

*Sairam da videoconferência o Sr. Presidente da Assembleia, bem como os membros Sérgio Cirino, José Manuel Leão e Armando Teixeira, passando a presidir à sessão a 1.ª Secretária da Mesa, Maria José Santos.*-----

**24 – Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.**-----

A *Sra. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de junho de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária suprarreferida a informação técnica, parecer jurídico e estudo de viabilidade económica a que a mesma se refere – documentos que se dão aqui por



reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que é da opinião que o Ministério da Saúde se deveria chamar “Ministério da Doença” porque a realidade é que o Ministério da Saúde está preocupado com a solução da doença imediata, e não com toda a parte que está a montante e que se prende com a verdadeira promoção da saúde. -----

Disse que aquilo que aconteceu com os cortes nas participações dos tratamentos termais é exemplo disso mesmo, e que também é verdade que a reposição tardou, na sua perspetiva, em demasiado, ressaltando que, contudo, o problema das Termas de S. Jorge não vem daí, que é muito anterior. -----

Referiu que não se pode esquecer que, por exemplo, o hotel de apoio às Termas de S. Jorge foi construído precisamente no lugar da Cruz, na cidade de Santa Maria da Feira, e não na freguesia de Caldas de São Jorge, realçando que a promoção das Termas, bem como daquela região, nunca foi realizada de uma forma efetiva. Salientou que as Termas de S. Jorge estão localizadas numa posição de excelência porque estão perto do Porto, estão envolvidas numa área com muita população e porque não existem, nas proximidades, instâncias termais que possam rivalizar na captação de utentes. -----

Disse ser por isso que a CDU entende que a má gestão das Termas vem de trás e que o problema não foi a pandemia, comentando que a pandemia veio agravar ou, quanto muito, veio mostrar aquelas que já eram as debilidades das Termas localizadas nas Caldas de São Jorge. -----

Recordou que, na última discussão tida nesta Assembleia Municipal no âmbito deste assunto, em 2017, a CDU já defendeu que as Termas deveriam ser 100% da Câmara Municipal, por ser uma infraestrutura que é muito importante e que é estratégica para o Município. Salientou que se a Câmara Municipal tivesse mais poder, que, na perspetiva da CDU, deveria ser total, poderia fazer uma gestão diferente e incorporar aquela infraestrutura naquilo que são os objetivos de crescimento, até do turismo, do Município. Disse que a Câmara tem falhado um pouco naquilo que é a captação de uma unidade hoteleira para as Caldas de São Jorge, porque aquilo que existe na cidade de Santa Maria da Feira não é atrativo para que as pessoas venham fazer termas para as Caldas de São Jorge. Referiu não ter a consciência de quem são os utentes das Termas de S. Jorge, se são, ou não, pessoas de fora do Concelho, mas que, pelo

---



que lhe parece, são as pessoas da região que utilizam maioritariamente as Termas.-----  
Concluindo a sua intervenção disse que se iria abster neste ponto porque a Câmara Municipal acaba por reforçar a sua posição e ter um maior domínio sobre as Termas, mas que a posição da CDU é que as Termas de S. Jorge deveriam ser 100% da Câmara Municipal.-----

-----  
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que as Termas de S. Jorge são um marco importante do Município e um grande cartaz, se for bem aproveitada. ----  
Referiu que o Município tem de decidir, de uma vez por todas, se quer investir e tornar aquele espaço e aquela zona como sendo atrativa e dinâmica ao nível do turismo, ou se quer apenas manter o equipamento nos termos em que tem estado, dependente das consultas e do receituário do Ministério da Saúde para os tratamentos termais. Destacou que, hoje, o turismo termal é muito mais do que o tratamento, fazendo notar que, caso a intenção seja dinamizar aquele espaço, é preciso investir e captar novos públicos.-----

Disse que a resposta que foi sendo dada, ao longo destes tempos, é que as pessoas que frequentam as Termas de S. Jorge não precisam de hotel porque são pessoas das freguesias vizinhas ou, então, de concelhos muito próximos, comentando que se a ideia é continuar a esperar pelos vizinhos para virem fazer termas, então, pura e simplesmente, as Termas de S. Jorge não sairão do marasmo em que se encontram.-----

Concluindo a sua intervenção disse ser preciso acreditar que as Termas de S. Jorge são uma grande fonte de desenvolvimento do território e que o turismo termal passa por aquele equipamento, mas que para isso é preciso ter a possibilidade e a coragem de investir nele, para o dinamizar.-----

-----  
Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que o BE entende, obviamente, a importância das Termas das Caldas de São Jorge como equipamento para o Concelho, quer do ponto de vista da saúde, quer do ponto de vista turístico, pelo que considera que a luta pela manutenção deste equipamento deve ser uma prioridade.-----

Referiu que, no entanto, o BE não concorda com a solução encontrada para resolver os problemas financeiros em que se encontra a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, que atualmente é responsável pela gestão do equipamento. Disse que a solução encontrada passa, muito resumidamente, pela transformação da Sociedade de Turismo numa empresa



municipal, sendo que o Município de Santa Maria da Feira passará a ter uma participação na mesma de 99,52%, acompanhada por uma injeção de capital. -----

Salientou que, para o BE, a solução não deveria passar pela passagem a empresa municipal, dizendo que o BE defende que as Termas deveriam ser geridas diretamente pela Câmara Municipal e, deste modo, passar a ser a autarquia a tomar conta, por inteiro, da gestão do equipamento. -----

Concluindo a sua intervenção a deputada municipal Salomé Ventura disse que, no entanto, e por entender a importância das Termas para o Município, o BE se iria abster relativamente à proposta apresentada. -----

Interveio a deputada municipal *Fátima Oliveira* (PS) que começou por dar nota que o líder da bancada do PS, o membro Sérgio Cirino, não participa neste ponto uma vez que é membro da Assembleia Geral da Sociedade de Turismo, enquanto representante da Comissão de Vigilância do Castelo. Referiu que todos os votos são importantes, alguns até decisivos, mas que o grupo municipal do PS entende sempre optar, acima de tudo, pela transparência e integridade dos procedimentos, daí o membro Sérgio Cirino não participar neste ponto. -----

De seguida, a deputada municipal Fátima Oliveira fez a intervenção que se passa a citar: -----  
“Relativamente à questão em discussão, é do conhecimento público que a exploração das Termas de Caldas de São Jorge tem vindo numa espiral de perdas financeiras e que agora culminou nesta operação, que, em termos práticos, se concretiza na criação de mais uma empresa municipal. -----

Certamente existiam outras opções que poderiam ser colocadas à discussão, para além desta solução de criação de uma nova empresa municipal, designadamente a possibilidade de encontrar um parceiro para a exploração conjunta de um futuro hotel e das Termas, a internalização da Sociedade de Turismo na Câmara Municipal e consequentemente a criação de um pelouro responsável pela gestão das Termas, ou ainda a fusão da Sociedade de Turismo com a Feira Viva, que é, de resto, uma hipótese já levantada em 2017, ano em que os resultados foram, de facto, muito fracos, tendo estas possibilidades sido já apontadas no estudo elaborado sobre esta questão pela consultora Ernst & Young. -----

Poderíamos ainda falar da gestão deste empreendimento que, apesar de apresentar um surpreendente rácio de 60% de custos com pessoal, continua a mandar sistematicamente os



seus funcionários para o desemprego nos meses de inverno e a recontratá-los nos meses de primavera, tornando-os eternos contratados, e, enquanto isto, os administradores são remunerados em valores que podem ser considerados muito avultados, se for tido em conta os resultados desastrosos que são obtidos sistematicamente. -----

Foram ficando no conforto e na comodidade de serem remunerados e salvos, no incumprimento, ora pelo acionista Câmara Municipal, leia-se, contribuinte, ora pelo acionista de nome José Maria Rodrigues Vieira, e não seguiram o exemplo de outras instâncias termais que têm acompanhado a evolução dos tempos e adotado serviços e estratégias de marketing inovadores, como é o caso de São Pedro do Sul, por exemplo. -----

Mas, à parte destas questões mais economicistas e de gestão, importa também refletir, nesta Assembleia Municipal, acerca da responsabilização da autarquia que, tendo um comprometimento direto na gestão das Termas, enquanto acionista da Sociedade de Turismo, tem uma responsabilidade acrescida pelo facto de ter a obrigação de zelar por um bem que nos foi dado pela Natureza e que deve ser salvaguardado pelas entidades públicas. -----

E, enquanto não conseguirem arrancar as termas pelos alicerces e deslocar ou desviar as águas sulfurosas para outro território, digamos que mais centralizado, doa a quem doer, as termas estão situadas em Caldas são Jorge e o que é certo é que não há uma estratégia de recuperação da rentabilidade deste empreendimento sem um planeamento estratégico para esta freguesia, numa perspetiva global. -----

Não chega ter na mesa do gabinete um projeto de requalificação da zona envolvente das Termas, que é, do nosso ponto de vista, positivo e bem-vindo, embora tardio, muito tardio. ----

Já não chega dizer que vão criar as condições para construir um hotel que, aliás, já não vai ser concretizado, ou que a requalificação da envolvente termal está prestes a ser executada. -----

É preciso que a Câmara, enquanto agora gestora quase totalitária das Termas, crie um plano que envolva medidas concretas, não só ao nível das infraestruturas, mas também dos serviços, da cultura, das acessibilidades, um projeto que demonstre uma gestão mais criativa, inovadora e eficiente, que injete vitalidade a Caldas de São Jorge e que fomente uma maior afluência às Termas, obviamente, aproveitando e potenciando aquilo que já existe de positivo. -----

E, aqui, gostaria de ressaltar que praticamente todo o investimento que está feito na envolvente termal, quer do ponto de vista das infraestruturas turísticas, quer do ponto de vista cultural, parte quase exclusivamente da iniciativa privada ou associativa. Isto é positivo, mas





é necessário que a autarquia acompanhe estes privados e estas associações como incentivo às suas atividades e que assume a parte em que é substituída por estes, naquilo que é a defesa do interesse público. -----

E ressalvo aqui a questão do Festival Doce, todos conhecem a dimensão que este evento alcançou e o que é que representa para a economia local, que está, neste momento, suspenso, por falta de capacidade financeira desta associação, a Associação Juventude Inquieta, que é a associação promotora deste evento, para suportar os custos. E é sabido, também, que esta Associação transmitiu estas dificuldades junto da Câmara Municipal, desde já há 2 ou 3 anos, e que, pura e simplesmente, não obteve resposta. -----

Portanto, isto demonstra a falta de planeamento nesta zona. -----

Confesso que não sou, de todo, expert em matéria de economia e gestão, mas qualquer leigo sabe que, sem uma estratégia global e inovadora, nunca se conseguirá angariar termalistas, nem sequer resultados financeiros que aliciem investidores a desenvolver este território. -----

Por outro lado, a solução que nos é agora apresentada, não é sequer uma hipótese, mas um facto consumado, pelo que não nos é dada a possibilidade de discussão e análise que consideraríamos importante fazer às demais alternativas. -----

De qualquer forma, queremos ser parte da solução e, como é óbvio, não podemos estar contra ou inviabilizar a manutenção desta riqueza natural que temos no Concelho. -----

Por isso, o Partido Socialista irá abster-se, não deixando, contudo, de fazer a sua crítica à forma como é apresentado este assunto à discussão, sem um estudo que preconize as diversas alternativas e que fundamente qual o cenário mais viável para o futuro deste empreendimento, e sem um plano estratégico global de viabilidade económico-financeira nas suas diversas dimensões, serviços, infraestruturas, acessibilidades, cultura, etc. -----

Resta-nos esperar que esta não se constitua mais uma empresa municipal do tipo Feira Viva, e que, no futuro, a Câmara Municipal tenha uma visão de promoção e desenvolvimento desta instância balnear, que, infelizmente, passou de princesa a plebeia das Termas de Portugal.” –  
Fim de citação. -----

-----  
Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD), que começou por dizer que falar das Termas de S. Jorge é interessante, até porque a sua área de formação é a economia, pelo que também queria aludir a alguns termos usados nessa área. Referiu que um desses termos é o termo



“goodwill”, que se prende com o valor que pode ser acrescentado à empresa, isto no âmbito do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.-----

Salientou que as Termas são, claramente, um equipamento do Concelho, e que é importante perceber o que é que foi feito desde a criação da Sociedade de Turismo, em 1997, bem como perceber o que aconteceu até ao ano de 2011 e o que aconteceu partir desse ano. Fez notar que, até ao ano de 2011, o que aconteceu foi um crescimento interessante, sustentado, salientando que foi feito um investimento de mais de 1 milhão e 700 mil euros, em dotação dessa mesma capacidade para prestar um serviço. -----

Realçou, ainda, que a Sociedade de Turismo é Presidente da Assembleia-Geral da Associação das Termas de Portugal desde 2018, que o Diretor Clínico das Termas de S. Jorge é Presidente da Sociedade Portuguesa de Hidrologia Médica, bem como preside a Sociedade Mundial de Hidrologia e Climatologia, comentando que isto é um valor que não se pode quantificar. -----

Referiu que outra coisa extremamente importante das Termas é o serviço que presta do ponto de vista do termalismo social, não só para as crianças como, também, todo um programa que é feito com os seniores, em que o preço é apenas o custo de funcionamento, bem como imensas outras situações, destacando ainda a relação que as Termas de S. Jorge têm com o ensino secundário e universitário, com formações específicas. -----

Fez notar que, até 2011, as contas das Termas estavam equilibradas, claramente, com os investimentos que foram feitos, ressaltando que a Câmara detinha 50% da Sociedade de Turismo e os outros 50% pertenciam a privados, e que os privados não foram logo buscar os lucros porque os lucros foram investidos. -----

Disse que, a partir do ano de 2011, com a suspensão da comparticipação dos tratamentos termais pelo Sistema Nacional de Saúde, houve uma queda que não foi mais recuperada, como é lógico, o que, em conjunto com outras situações, levaram a uma situação em que houve um acumular de resultados líquidos negativos. -----

Referiu que, em 2019, com a reposição da comparticipação dos tratamentos, as contas começavam-se a equilibrar, que havia um plano para o desenvolvimento que, no seu entender, estava sustentado, mas que, com a pandemia que chegou, teve de se encerrar o balneário termal, levando a uma situação de zero de receitas. -----

Salientou que, em sequência disso, e tendo em conta o que diz o referido artigo 35.º, a



empresa ou era liquidada ou teria de haver a entrada de capital por parte de todos os acionistas, mas que os acionistas, encontrando-se também numa situação delicada, não puderam entrar com o capital necessário. Disse que, assim sendo, foi encontrada uma solução em que os acionistas privados, aceitando a própria redução do seu capital, permitiram à Câmara aumentar o capital, tornando-se esta no maior acionista. -----

Realçou que essa posição dos acionistas privados é de alguém que está para ajudar, comentando que considera a solução encontrada para a Sociedade de Turismo muito interessante e que até gostaria de a ver aplicada na transportadora aérea TAP, realçando que a TAP tem uma situação muito parecida, porque é detida 50% pelo Estado e 50% por privados, mas que a solução não é a mesma porque os privados não estão na disposição de reduzir o seu capital de forma a que a injeção de capital do Estado permita a este deter 99% daquela empresa. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Carlos Silva disse que as Termas de S. Jorge são de extrema importância, que é um equipamento que leva o nome das Caldas de São Jorge e de Santa Maria da Feira pelo País fora, e até pelo estrangeiro. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, dizendo ter ficado surpreendido com algumas afirmações da deputada Fátima Oliveira porque a mesma deu uma imagem das Termas que não esperava, comentando que, vindo de uma caldense, esperava que tivesse dado outro tipo de imagem. -----

Referiu que as Termas de S. Jorge tiveram um investimento de 1 milhão e 700 mil euros nos últimos anos, que sofreu obras profundas de remodelação ao longo do tempo, desde que a Sociedade de Turismo foi constituída, realçando que a Câmara investiu ali fortemente e que, inclusive, o Bar Zipzip também resultou da ação da Câmara. -----

Disse que foi vendido um terreno, por um preço simbólico, com o objetivo de ali ser construído um hotel, acrescentando que, neste momento, existe um investimento de 2 milhões de euros em curso na zona envolvente às Termas, assim como está a ser feito o prolongamento do passadiço no Rio Uíma, que vai ligar Lobão às Termas de S. Jorge. Salientou que, portanto, há um grande investimento nas Termas porque a Câmara acredita naquele equipamento e na gestão que é feita ao mesmo. -----

Referiu que ficou muito surpreendido, pela negativa, com algumas das afirmações feitas pela



deputada Fátima Oliveira relativamente à gestão das Termas, dizendo, a esse respeito, que essa gestão tem sido muito boa, apesar de todas as dificuldades, e que queria que isso ficasse claro. Disse que quando ouve as pessoas falarem que é preciso uma estratégia, aquilo que lhes perguntava é o que é que fariam de diferente, por exemplo, em relação aos vales, ao SPA, e a todo o trabalho muito profundo que foi feito nas Termas, até para perceber qual seria a estratégia dessas pessoas. -----

Salientou que acredita que a solução encontrada vai dar resultado, dando nota que existe um estudo económico-financeiro, que foi distribuído aos membros desta Assembleia, que demonstra que a empresa terá viabilidade, salientando ser por isso que o Município está a apostar na continuidade da mesma como uma empresa local.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara apelou para que se acredite que as Termas vão para a frente com a solução encontrada, dizendo que a Câmara deterá 99,52% do capital e que, no futuro, quem estiver à frente dos destinos do Município decidirá o que fazer, reforçando que pensa que está a ser adotada uma boa medida, a qual ainda está sujeita ao visto do Tribunal de Contas. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva) e 14 abstenções (PS: 11, BE: 2, CDU: 1), aprovar, nos termos da deliberação camarária suprarreferida:-----

1. A transformação da Sociedade de Turismo numa E.M., pela aceitação da redução do capital social privado e aumento da participação social da Câmara Municipal para 99,52% do capital social; -----
2. A realização de prestações suplementares de capital na proporção da sua nova participação social de 99,52%, no montante de 419.984,08 €;-----
3. A designação do vereador Vítor Marques como representante do Município nas Assembleias Gerais da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A. que deliberem sobre estas matérias. -----

*Reentraram o Sr. Presidente da Assembleia, bem como os membros Sérgio Cirino e José Manuel Leão.* -----



**25 – Estatuto do Direito de Oposição**-----

**- Relatório de Avaliação do ano de 2019 (para conhecimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 4.481, em 4 de maio de 2020 – documento enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia tomado conhecimento do Relatório em referência.-----

**26 – Criação e nomeação no âmbito da Assembleia Municipal de Comissão de Acompanhamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em referência e no seguimento da solicitação feita pelo membro Sérgio Cirino, em representação do grupo municipal do PS – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6.547, em 16 de junho de 2020. Fez ainda alusão à proposta que instrui o assunto e que foi enviada, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, passando a palavra ao membro Sérgio Cirino para que fizesse a apresentação da mesma.-----

Usou da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) que apresentou e explanou a proposta em referência, da iniciativa do grupo municipal do PS, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Proposta de criação e nomeação no âmbito da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de Comissão de Acompanhamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira, nos termos dos artigos 47.º e seguintes do regimento:-----

**1. Objetivos:**-----

a) Acompanhamento e emissão de pareceres, propostas e recomendações relativas ao funcionamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento no Município



- de Santa Maria da Feira; -----
- b) Aferição se os encargos suportados pelos munícipes com os serviços de água, saneamento e taxa de recolha de resíduos estão de acordo com a capacidade financeira dos seus utentes; ----
  - c) Garantia do acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento de todas as pessoas do concelho de Santa Maria da Feira;-----
  - d) Possibilidade de implementação de um tarifário para famílias numerosas;-----
  - e) Possibilidade de implementação de um tarifário social, com isenção de pagamento dos primeiros três metros cúbicos mensais;-----
  - f) Alteração do 1.º Escalão do tarifário que passaria a ser até aos 8 m<sup>3</sup> de consumo de água; ---
  - g) Possibilidade de eliminação da taxa de rede de saneamento;-----
  - h) Promover a Redução da Taxa Interna de Rentabilidade da Concessionária pelo menos até ao valor que permita suportar os custos das alterações dos tarifários que impliquem uma redução de receita para a concessionária;-----
  - i) Promover a sustentabilidade económica do sistema de abastecimento;-----
2. Composição da Comissão de Acompanhamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira: -----
- a) 3 (três) Elementos do Grupo Municipal do Partido Social Democrata;-----
  - b) 2 (dois) Elementos do Grupo Municipal do Partido Socialista;-----
  - c) 1 (Um) Elemento do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;-----
  - d) 1 (Um) Elemento do Grupo Municipal do CDS;-----
  - e) 1 (Um) Elemento do Grupo Municipal da CDU;-----
  - f) 1 (Um) Elemento do Grupo Municipal Independente;-----
  - g) De entre os elementos da Comissão será nomeado um Presidente que terá voto de qualidade.-----

Nestes termos coloca-se à votação a Proposta de criação e nomeação no âmbito da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de Comissão de Acompanhamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira, com os objetivos e composição suprapropostos.”-----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino referiu não poder deixar de dizer, até porque costuma bater um pouco na Indaqua Feira, que, durante a pandemia, a Indaqua Feira contribuiu com equipamento e com as camas que foram instaladas na Casa Ozanam, que foi



tornado um espaço de acolhimento de pessoas infetadas com Covid-19, pelo que queria deixar o seu agradecimento à Indaqua Feira por isso. Referiu que, nesta senda social, a Indaqua Feira poderia baixar um pouco a Taxa Interna de Rentabilidade que tem, para que a água e o saneamento ficassem acessíveis a todos os feirenses. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que disse que a CDU iria, evidentemente, votar favoravelmente a proposta, comentando que alguns dos pontos esplanadas vão ao encontro daquilo que a CDU tem defendido em sucessivos programas, ao longo dos anos, acrescentando que é de salientar que se está a falar de um serviço que é fundamental à vida. --- Referiu que, além disso, o serviço em questão tem um histórico muito longo, quer do debate político, quer da opinião pública, pelo que, se calhar, a criação da Comissão seria uma mais-valia para, também, clarificar e desmistificar alguns fatores.-----

Concluindo, disse considerar que a Comissão será um contributo para a própria população, no sentido de a informar e de resolver alguns problemas de que a população se continua a queixar. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que disse também concordar com a criação desta Comissão, realçando que, inclusivamente, há várias situações no Concelho que mereciam um acompanhamento mais próximo da Assembleia Municipal. Disse que se há tema que é falado em praticamente todas as sessões da Assembleia Municipal, porque os membros desta são pressionados para levantar questões devido às dificuldades que as pessoas lhes transmitem, é o tema da água, do saneamento e dos resíduos.-----

Concluindo, disse que era com agrado que via a Comissão ser instalada, dizendo esperar que o PSD assim o viesse a permitir. -----

Interveio o membro *Pedro Alves Ferreira* (BE) que começou por dizer que, antes de mais, cumpre lembrar qual é a posição do Bloco em relação ao abastecimento de água no Concelho de Santa Maria da Feira. Referiu que o BE sempre se opôs à privatização da água, que sempre esteve do lado dos interesses da população e sempre defendeu o óbvio, ou seja, que a água é um bem público que deve ser acessível a todos, comentando que, na sua opinião, isso deve ser o defendido por toda a gente.-----



Disse que o BE acompanha, evidentemente, a criação da Comissão proposta, mas que também entende necessário lembrar que, para que os objetivos invocados sejam cumpridos, tem de existir vontade política, quando se sabe que, por exemplo, o PSD não a tem mostrado, realçando que, já nesta sessão, o grupo municipal do PSD chumbou a proposta apresentada pelo BE para a atribuição automática da Tarifa Social da Água, com argumentos completamente absurdos. -----

Referiu que a Indaqua Feira opera, há anos, de forma intimidatória no Concelho, que, há anos, aumenta preços e que o PSD nada faz, nada diz, nada altera, pelo que a pergunta que deixa é quem pode garantir que o PSD tem interesse, sequer, em que sejam cumpridos os objetivos que são enumerados na proposta. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, de qualquer das formas, o BE acompanha os objetivos da proposta, que acompanha, claramente, a criação da Comissão, e que espera que se comecem a dar passos em frente, se bem que, no entender do BE, tais passos só vão ser dados quando o PSD sair, de facto, do poder em Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer, em relação ao assunto em apreço, que o PSD esteve sempre do lado da defesa do interesse dos feirenses, destacando que o principal interesse foi conseguir trazer a água e o saneamento à grande maioria dos feirenses, em todo o Concelho. Referiu que só com a concessão da água e do saneamento é que foi possível levar a água e o saneamento a todos os municípios do Concelho, ou a quase todos, porque são 90 e muitos por cento os que não tinham o serviço e passaram a ter. -----

Disse, sobre a referência de que é preciso baixar a taxa de rentabilidade da Indaqua Feira, que pensar que é com uma comissão que se vai conseguir baixar a taxa de rentabilidade, é música celestial, que é realmente utópico pensar que uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal vai alterar alguma coisa ou que vai fazer melhor trabalho do que faz a Comissão de Acompanhamento da Concessão já constituída, a qual é composta por um representante da Indaqua Feira e por um representante do Município, bem como por um terceiro elemento indicado pela Câmara, comentando que esse terceiro elemento é o Eng.º Santos Costa, o qual é uma pessoa conhecedora e altamente competente. -----

Referiu que fica bem criar comissões de acompanhamento que não servem rigorosamente para nada, comentando que a comissão em causa apenas serviria para fazer algumas





discussões entre os membros que a viessem a constituir, e nada mais do que isso. Disse ser conhecida qual é a posição do Bloco de Esquerda, ou seja, que é contra tudo o que seja privado e a favor de tudo o que seja público, ainda que não preste, pelo que considera que, com princípios deste tipo, não vale a pena discutir seja o que for porque não levaria a lado nenhum, a consequência seria zero, dizendo ser utopia pura pensar o contrário.-----

Concluindo a sua intervenção disse que o grupo municipal do PSD vota contra a proposta por ter a noção perfeita que uma comissão em nada alteraria o rumo dos acontecimentos e não melhora em nada o que já existe, que é uma Comissão de Acompanhamento constituída por um representante da Indaqua Feira, por um representante do Município e por um terceiro elemento também indicado pela Câmara, o qual é uma pessoa que tem dado provas de bom serviço público.-----

Usou novamente da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS), que começou por dizer que a proposta foi apresentada no sentido construtivo, de melhorar a vida dos feirenses, mas que lhe parece que o PSD, neste assunto, o que quer é cruzar os braços e deixar a concessionária fazer o que bem entende, tal como tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos.-----

Disse que a Comissão seria voluntária, que os membros que a iria compor não seriam pagos e que a mesma funcionaria no âmbito de um órgão democraticamente eleito pelos feirenses, na tentativa de fazer aquilo que, se calhar, a Câmara não tem feito.-----

Referiu que o resultado seria para todos os feirenses, pelo que o PSD não tem de ter medo desse resultado, acrescentando que o PSD se quer refugiar numa comissão técnica que faz um trabalho secreto, da qual nunca viu nenhum resultado.-----

Salientou que todos os partidos, da Esquerda à Direita, acompanham a criação da Comissão, mas que o PSD entende ser o dono da razão, ressaltando que o resultado disso, no que à Indaqua Feira diz respeito, tem sido aumentos sucessivos e inacessibilidade dos feirenses à água, comentando que o PSD transmitiu a imagem de que se deve cruzar os braços, mas que o PS não vai cruzar os braços e vai fazer tudo ao seu alcance para melhorar o acesso à água e ao saneamento em Santa Maria da Feira.-----

Concluindo a sua intervenção agradeceu aos apoiantes da proposta, salientando que a democracia, a pressão e o empenhamento de todos ajudam, por vezes, a resolver um problema, mas que, pelos vistos, o PSD considera o problema em questão irresolúvel, pelo



que já baixou os braços e vai deixar a Indaqua Feira andar, alegremente, até ao fim, a ganhar muito dinheiro e a deixar os feirenses sem água e saneamento porque estes não podem pagar. -

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para esclarecer que a Comissão de Acompanhamento da Concessão foi constituída em sede de revisão do contrato da concessão, em 2016, e que queria dar nota que o relatório anual que é elaborado por essa Comissão é público e que os vereadores do Partido Socialista têm acesso a ele. -----

Deu nota que o relatório referente ao ano de 2019 está agendado para a próxima reunião da Câmara, para esta tomar conhecimento do mesmo, dizendo presumir que os vereadores do PS até já se tenham inteirado desse relatório uma vez que o mesmo lhes foi disponibilizado desde a passada quarta-feira, acrescentando que, nos anos anteriores, os vereadores do PS têm recebido sempre tal documento, frisando ser um documento que está acessível a todos. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia questionou ao membro Sérgio Cirino se queria usar da palavra para encerrar o debate, ao que este disse nada mais ter a acrescentar. -----

Posto isto, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da proposta (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 29 votos contra (PSD), rejeitar a proposta apresentada pelo grupo municipal do PS – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

**27 – Proposta de criação de Plataforma Solidária de Santa Maria da Feira no âmbito da situação de pandemia – Covid-19 (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em referência e no seguimento da solicitação feita pelo membro Sérgio Cirino, em representação do grupo municipal do PS – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6.547, em 16 de junho de 2020. Fez ainda alusão à proposta que instrui o assunto e que foi enviada, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, passando a palavra ao membro Sérgio Cirino para que fizesse a apresentação da mesma. -----

Usou da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) que apresentou e explanou a proposta em referência, da iniciativa do grupo municipal do PS, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----



“Proposta de criação de Plataforma de donativos que funciona como uma caixa de donativos virtual e que tem em vista uma democracia colaborativa no concelho de Santa Maria da Feira:

- a) Lançamento pelo Município de Santa Maria da Feira de uma plataforma de donativos; -----
- b) Cada donativo efetuado pelos cidadãos ou empresas vale por dois pois o município procede à entrega de um valor igual ao donativo efetuado; -----

Exemplo: -----

- Um donativo de €5,00 (cidadão/empresa) + €5,00 (município) = €10,00;-----
- Com a entrega do donativo a plataforma irá emitir um recibo para a pessoa/empresa que fez a entrega; -----

c) Objetivo: Angariação de donativos para a aquisição de material de saúde e de proteção individual, assim como bens alimentares e de produtos de higiene, que será distribuído pelas instituições de solidariedade social e pelas famílias mais carenciadas; -----

d) Possibilidade de Inscrição online (confidencial) de pessoas singulares que precisem de apoio social;-----

e) Num período que a sociedade enfrenta para além do problema de saúde, um problema económico e social; -----

f) Nesta medida temos que ter como objetivo assegurar que toda a população tem acesso aos meios de proteção individual e o acesso a bens alimentares; -----

g) A plataforma informará em permanência os valores angariados e o que os mesmos permitem ajudar a população do concelho: -----

Exemplo: -----

- Com €10.000,00 poderemos distribuir 22.222 unidades de máscaras cirúrgicas gratuitamente pelos munícipes e pelas IPSS;-----

h) Estamos num tempo em que a democracia colaborativa é a solução para alguns dos nossos problemas, em especial para a crise social que já nos está a bater à porta; -----

i) Nesta medida é fundamental encontrar soluções que sendo para todos garantam dignidade na dificuldade; -----

j) Colocação na plataforma de informação detalhada a que se destinam os donativos, as instituições a quem serão entregues os materiais adquiridos e em relação às pessoas singulares constarão o material entregue a cada pessoa sem a menção do seu beneficiário; -----

Tendo em consideração o supraexposto coloca-se à votação a Proposta de criação de



Plataforma de donativos no Município de Santa Maria da Feira.”-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU está de acordo com a proposta e que a iria votar a favor, salientando que a CDU apresentou, há alguns anos, uma proposta que visava a criação de um banco de material geriátrico que, depois, seria gerido pela Câmara Municipal, que disponibilizaria esse material a quem dele precisasse, comentando que, não sendo bem igual, tal proposta ia, em certa medida, ao encontro daquela que está em apreço. -----

Referiu que a proposta tem alguns pontos que lhe levantam algumas dúvidas, entre os quais o facto de a Câmara Municipal duplicar, no fundo, aquilo que são as doações da população, bem como a forma de gestão, salientando que, se não houver a devida ligação, pode acontecer a duplicação de apoios, dizendo poder acontecer que a Câmara apoie alguém que já esteja a ser apoiado por associações locais. -----

Disse ser verdade que se atravessa uma situação atípica e que toda a ajuda é muito importante, e que se for possível mobilizar toda a comunidade para haver entreajuda, melhor ainda, porque será mais fácil para todos, mas que não se pode esquecer que a pobreza e as dificuldades são, essencialmente, combatidas com políticas progressivas e políticas sociais. Referiu que não é pelo facto de se votar favoravelmente a medida proposta que se pode deixar afunilar as políticas sociais apenas para a solidariedade. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse saber que essa não é a intenção do PS, com a proposta que apresentou, mas que não podia deixar de frisar este ponto porque as políticas devem ser progressistas e de apoio social, e não apoios do dia a dia, quase assistencialistas. -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse compreender o essencial desta proposta, salientando que, há pouco tempo, a matéria em questão foi discutida e verificou-se que a plataforma de donativos poderia ser uma mais-valia, envolvendo o Município e os seus municípios, pois as pessoas se sentiriam representadas porque saberiam que a sua colaboração entraria num regime de proximidade. -----

Referiu que, muitas das vezes, quando as pessoas fazem donativos para instituições ou para organismos nacionais, nunca têm a certeza se esses donativos vão chegar a algum lado,



comentando que o caso mais gritante desse género foi a situação de Pedrógão Grande, em que muitos feirenses deram donativos monetários e, no fundo, ninguém soube para onde é que eles foram. -----

Disse que, portanto, podia ser organizada uma plataforma de donativos que podia ser trabalhada com o próprio Município, com as IPSS, ou seja, com toda a rede social implantada no Concelho, e, dessa forma, muscular muito mais essas mesmas associações para poderem prestar mais ajudas, realçando que a pandemia que se atravessa é um exemplo muito gritante porque houve associações que estiveram quase desesperadas para conseguir meios para angariar produtos de proteção individual. -----

Salientou que, muitas vezes, a sociedade reinventa-se para poder colaborar, dizendo que a plataforma de donativos seria, se calhar, uma forma mais eficaz e transparente de poder organizar as doações e as ajudas consequentes, comentando que os cidadãos sentiriam que o Município estava com eles porque este iria colaborar junto deles, doando valor igual ao doado pelo cidadão. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos referiu que a medida proposta não é virgem, que tem dado resultado em outras realidades, reafirmando que a medida deve ser trabalhada e levada avante porque seria uma mais-valia para o território. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Susana Silva* (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: ----

“O município de Santa Maria da Feira tem pautado ao longo destes anos por boas práticas na área social, aliás por diversas vezes replicadas e enaltecidas no âmbito nacional. -----

O esforço contínuo no desenvolvimento social é traduzido na aposta do trabalho em rede com as diferentes instituições e entidades locais, perspetivando-se a intervenção na ótica da inovação e do empreendedorismo social, contrariando a obsoleta linha da “caridadezinha”. ----

Santa Maria da Feira é reconhecidamente um concelho inovador, amplamente conhecedor e interventivo ao nível da realidade local. São inúmeras as suas áreas de intervenção: -----

- Rede Social, com grande representatividade das entidades concelhias – 115 entidades e 21 fóruns sociais; População Sénior (PMBE, Emili@, Cuidar de quem Cuida, Passeios na minha Terra, Cartão Feira Sénior, Abecedário da Saúde); Projetos de Inclusão pela Arte; Migrações; Habitação; Dependências; Violência Doméstica; Deficiência; Empregabilidade; Voluntariado;



apoio socioeconómico de emergência que contempla uma rede de restaurantes e padarias solidárias, o mercado de solidariedade, os serviços de atendimento e de acompanhamento social, o programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas e o apoio a estratos sociais desfavorecidos, que prevê o apoio no pagamento de despesas imputáveis a situações de emergência social de carácter pontual, um fundo de apoio mensal para satisfazer despesas de medicação, atos médicos, aquisição de ajudas técnicas, apoio no transporte, nas despesas com a educação, nas despesas domésticas, nomeadamente géneros alimentares, água, eletricidade, gás, renda ou prestação da habitação. -----

Numa altura em que esta crise pandémica nos obrigou a repensar, de um dia para o outro, o funcionamento normal de tudo o que estávamos habituados, a Rede Social do Município deu provas de que o trabalho efetuado por todos os parceiros ao longo dos seus 20 anos de existência, foi, indubitavelmente, de motivação, compromisso, concertação e entrega. Foram capazes de agir, pôr mãos à obra e cumprir a missão de contribuir para a proteção daqueles que são mais frágeis e vulneráveis. -----

Foram encetadas durante este período várias iniciativas de mitigação do impacto do covid-19. Enumero algumas: linha de apoio psicológico, linha de apoio a surdos, linha de apoio social, crucial na ajuda aos mais vulneráveis para aquisição de alimentos, medicamentos ou outros bens de primeira necessidade; projeto Farol – força, amizade, rir, ouvir, liberdade, no qual todos os idosos integrados no PMBE e Emili@ foram contactados bissemanalmente pelos seus professores, sendo esta articulação essencial na identificação e sinalização de necessidades de apoio social e/ou psicológica; colaboração para a efetivação dos testes de rastreio a todos os utentes e colaboradores das estruturas residenciais para idosos do concelho; colaboração com o ACES Feira/Arouca para a realização de testes de rastreio a todos os colaboradores dos serviços de apoio domiciliário das IPSS; distribuição de 15.000 máscaras, 5.000 luvas, 400 viseiras, 2.700 batas reutilizáveis, 5.000 manguitos e ainda a identificação de 15 voluntários que confeccionaram máscaras para distribuição; em parceria com a Indaqua, cedência de 44 camas articuladas; em parceria com ACES Feira/Arouca, SS e CHEDV criação do Centro de acolhimento de doentes em convalescença Ozanam, destinado a doentes infetados com covid-19, com alta hospitalar, mas sem condições de recuperação no domicílio. -----

De louvar também o envolvimento das juntas de freguesia e dos 21 fóruns sociais, numa mobilização comunitária sem precedentes, desenvolvendo respostas de proximidade na



satisfação de necessidades básicas, no apoio a situações de emergência e na confeção e distribuição gratuita de batas e de máscaras comunitárias. -----

No âmbito do projeto Concelho Solidário, foram ajudados vários agregados no apoio ao pagamento da renda/prestação da habitação; na rede de restaurantes e padarias solidárias, foram disponibilizadas diariamente cerca de 70 refeições a famílias mais vulneráveis economicamente; ainda ao nível do apoio alimentar foram encaminhadas pela rede de emergência alimentar promovida pelo banco contra a fome, 101 agregados familiares, num total de 335 pessoas. -----

Paralelamente, neste contexto de situação excecional, os contratos de delegação de competências preveem a atribuição às juntas de freguesia de um valor anual de 3.000 euros a fim de serem canalizados para áreas de ação social e de apoio humanitário. -----

Pelo exposto, consideramos que a proposta do Partido Socialista nada acrescenta às linhas orientadoras que têm sido adotadas, pelo que votaremos contra.”-----

Interveio, para encerrar o debate, o membro *Sérgio Cirino* (PS), que começou por dizer que a lista apresentada pela deputada municipal do PSD, Susana Silva, foi muito exaustiva, comentando que ainda bem que o foi porque também não estava à espera que a Câmara nada fizesse na área social, clarificando que também não tinha dito que a Câmara nada havia feito. - Referiu que, no entanto, da lista de medidas enumeradas, não ouviu a criação de uma plataforma inovadora de donativos, pelo que, portanto, seria um acrescento, um upgrade, uma medida mais, comentando que não é por uma medida ser proposta pelo Partido Socialista que tem lepra, dizendo que, quando é uma medida boa, gostava que a mesma fosse votada a favor, quando é uma medida má, então que fosse votada contra. -----

Disse, sobre a questão levantada pelo membro Filipe Moreira a respeito de uma eventual duplicação dos apoios, que seria a Câmara, através da sua Divisão de Ação Social, a fazer a gestão dos donativos, pelo que não haveria duplicação. Referiu que a medida também não visa tornar o Município numa entidade assistencialista, fazendo notar que se vive numa época diferente pelo que é preciso fazer políticas diferentes e implementar meios diferentes de ajudar as pessoas. -----

Realçou que, no seu caso em particular, nunca tinha participado numa reunião por videoconferência e, depois do confinamento devido à pandemia, passou a participar em



videoconferências todos os dias, comentando que também as sessões da Assembleia Municipal eram realizadas presencialmente, no auditório da Biblioteca Municipal, e, após o confinamento, passaram a ser realizadas por videoconferência. Reafirmou que, em épocas diferentes, devem ser tomadas atitudes diferentes, mas que o PSD de Santa Maria da Feira entende que, em épocas diferentes, se deve fazer tudo igual.-----

Disse que se a representante do PSD tivesse vindo dizer que o Executivo já tinha implementado tal medida, então que bateria palmas por isso, mas que a mesma veio fazer uma lista enunciativa para dizer que a medida proposta pelo grupo municipal do PS é despicienda, que não é precisa, acrescentando, sobre isso, que aquilo que sabe é que, infelizmente, há muita gente no Concelho que precisa de ajuda. -----

Realçou que a Câmara não tem culpa pela pandemia que está a acontecer, mas que, se calhar, pode-se atribuir culpa a quem não apoia mecanismos que possam ajudar mais pessoas, comentando que se a Câmara apoia 1.000, passaria a ajudar 1.050, mas que o PSD não quer aproveitar as boas ideias, quer continuar a apoiar 1.000. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino reforçou que a criação de uma plataforma de donativos era um upgrade para o Concelho, mas que respeita as opiniões de todos, ficando cada um com as suas. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da proposta (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 29 votos contra (PSD), rejeitar a proposta apresentada pelo grupo municipal do PS – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

**28 – Contrato de Concessão do Estacionamento Público de Superfície em Santa Maria da Feira (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em referência e no seguimento da solicitação feita pelo membro Sérgio Cirino, em representação do grupo municipal do PS – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 6.547, em 16 de junho de 2020. Fez ainda alusão à proposta que instrui o assunto e que foi enviada, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, passando a palavra ao membro Sérgio Cirino para que fizesse a apresentação da mesma. -----





Usou da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) que apresentou e explanou a proposta em referência, da iniciativa do grupo municipal do PS, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Considerando que:-----

a) No âmbito do acordo judicial celebrado entre o Município de Santa Maria da Feira e a empresa concessionária P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. o Município de Santa Maria da Feira deixou de receber, de acordo com os valores em débito pela concessionária à data da celebração da transação, um montante de aproximadamente € 500.000,00 (quinhentos mil euros);-----

b) A empresa concessionária P. Parques - Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. no decurso do ano de 2019 e 2020 entrou de novo em incumprimento das suas obrigações para com o Município de Santa maria da Feira; -----

c) A concessionária P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. é executada em processo executivo que corre os seus termos no Juízo de Execução de Oliveira de Azeméis – Juiz 1, Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, onde é peticionado o pagamento da quantia de € 862.141,24 (oitocentos e sessenta e dois mil cento e quarenta e um euros e vinte e quatro cêntimos); -----

d) A isenção do pagamento do estacionamento na cidade de Santa Maria da Feira foi atribuída durante certo período temporal mas em troca a P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. recebeu o benefício de não ter que liquidar os valores das prestações dos valores em atraso ao Município de Santa Maria da Feira durante o mesmo período de tempo.-----

Tendo em consideração o supraexposto e o reiterado incumprimento da empresa P. Parques - Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. para com o Município de Santa Maria da Feira coloca-se à votação e à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta para que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira quando verificar novo incumprimento da empresa P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A., que seja causa suficiente e adequada para a resolução do contrato de Concessão do Estacionamento Público de Superfície de Santa Maria da Feira, deve de imediato promover a resolução com justa causa do contrato de concessão.”-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra, o que lhe foi concedido, começando por dizer



que, na sua opinião, este ponto não precisa de muita discussão, realçando que, na última sessão realizada por esta Assembleia, já havia dito que logo que a empresa P. Parques entrasse em incumprimento do contrato, o Município rescindiria esse mesmo contrato. Disse que, portanto, aquilo que o grupo municipal do PS está a propor é o mesmo que ele, Presidente da Câmara, já disse, porque acha muito bem que assim seja. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que disse que a situação foi bem exposta e que, face à confirmação que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dar, lhe parecia que a proposta em discussão iria ser aprovada por unanimidade. -----

O membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) disse subscrever as palavras do membro Filipe Moreira. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer que o BE iria, obviamente, acompanhar a proposta em discussão, ressaltando que o tema P. Parques é, sem dúvida, uma preocupação do BE. Recordou que, na sessão realizada por esta Assembleia em fevereiro deste ano, o BE apresentou uma recomendação que foi rejeitada com os votos contra do PSD, onde recomendava a resolução definitiva e imediata do atual contrato de concessão feito com a P. Parques, acrescentando que o BE não entende como é que ainda não se terminou, de uma vez por todas, com este negócio que tem lesado gravemente o Município e os feirenses. -----

Referiu que o BE se opôs, desde o primeiro dia, ao acordo judicial celebrado entre o Município e a P. Parques uma vez que a Câmara, em vez de exigir os cerca de 850 mil euros de dívida acumulada, decidiu perdoar mais de metade da dívida e permitir que a empresa infratora continuasse a explorar o estacionamento no Município. -----

Salientou que essa situação só veio confirmar o que o BE sempre afirmou, ou seja, que a autarquia, a bem do interesse público, já deveria ter optado pela resolução do contrato de concessão e não deveria aguardar por mais uma situação de incumprimento por parte da empresa P. Parques. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que disse subscrever as palavras do Sr. Presidente da Câmara, realçando que se o Sr. Presidente da Câmara já disse, perante esta



Assembleia, exatamente o mesmo que está a ser agora proposto, então é evidente que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente a proposta em discussão. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra, dizendo que uma mentira pode ser repetida muitas vezes, mas que é sempre uma mentira. Realçou que a Câmara não perdoou nada à empresa P. Parques, pelo que essa afirmação feita pela deputada municipal Salomé Ventura, do Bloco de Esquerda, é mentira. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia questionou ao membro Sérgio Cirino se queria usar da palavra para encerrar o debate, ao que este disse nada mais ter a acrescentar. -----  
Posto isto, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD: 29, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a proposta apresentada pelo grupo municipal do PS – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

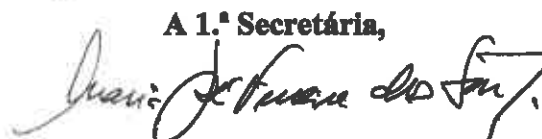
#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 20 minutos do dia 27 de junho de 2020, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,  


A 1.ª Secretária,  


O 2.º Secretário,  
